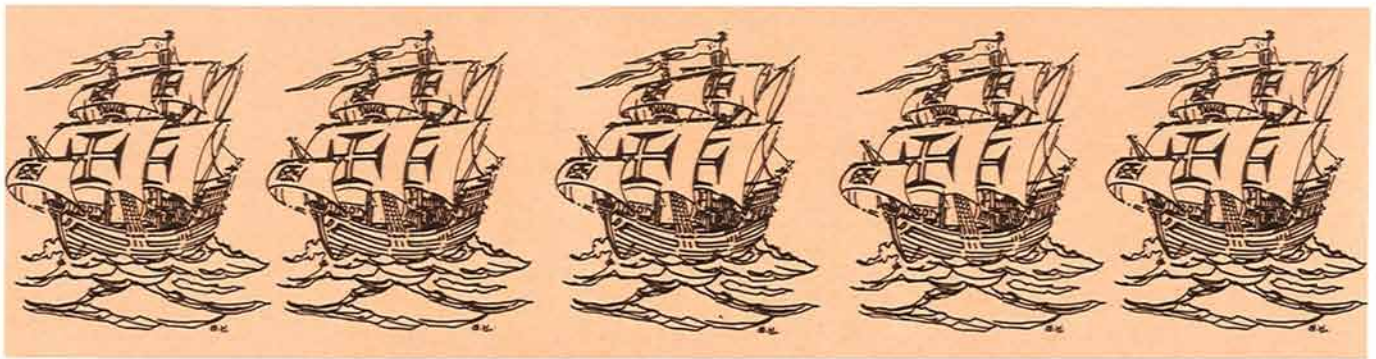
# Revista da Armada

N.º 45 / JUNHO 1975 / ANO IV

Pág. 14 O PALÁCIO DO ALFEITE

# Sumário


| | | Pág. |
|---|---|---|
| M. do Vale | **Nota de Abertura** | 3 |
| A. Roboredo | **Quando a Marinha tinha Asas...** Viagem Aérea de Itália a Lisboa em 1928 | 4 |
| O. Lemos | **Ciências, Artes e Letras** Os Nossos Pintores Naturalistas | 6 |
| R. Correia | **M.F.A. – Princípios ideológicos** | 10 |
| H. Bonjour | **Eu canto a Minha Pátria** | 11 |
| Redacção | **Voz da Abita** | 12 |
| J. Xerez | **O Palácio do Alfeite** | 14 |
| M. do Vale | **Conversa entre Marinheiros... da «Nau de Pedra»** | 19 |
| Vários | **Saibam todos** | 21 |
| F. Elpídio | **Terminologia Naval** | 22 |
| M. Horta | **Notícias Pessoais** | 22 |
| G. Brandão | **Filatelia** | 23 |
| M. Horta | **Desporto** | 24 |
| F. Elpídio | **Reportagem** | 26 |
| Vários | **Quarto de Folga** | 32 |

**REVISTA DA ARMADA**
Publicação Oficial
da Marinha

*Director e Editor:*
Comodoro António Júlio Malheiro do Vale

*Orientação gráfica:*
Hernani Lopes

*Publicação mensal*

*Propriedade*
do Ministério da Marinha

*Redacção e Administração*
Praça do Comércio
Telefone: 36 89 60

**N.º 45 / JUNHO 1975 / ANO IV**

| | |
|---|---|
| Preço de venda avulso | 5$00 |
| *Assinaturas anuais:* | |
| Continente, Ilhas, Ultramar, Espanha e Brasil (via normal) | 50$00 |
| Estrangeiro, excepto Espanha e Brasil (via normal) | 68$00 |
| Ilhas (via aérea) | 75$00 |
| Ultramar (via aérea) | 137$00 |

Na capa:

**Palácio do Alfeite.
Panorâmica actual.**

**Execução gráfica:**
LISGRÁFICA, Impressão e Artes Gráficas, S. A. R. L.

# Nota de Abertura

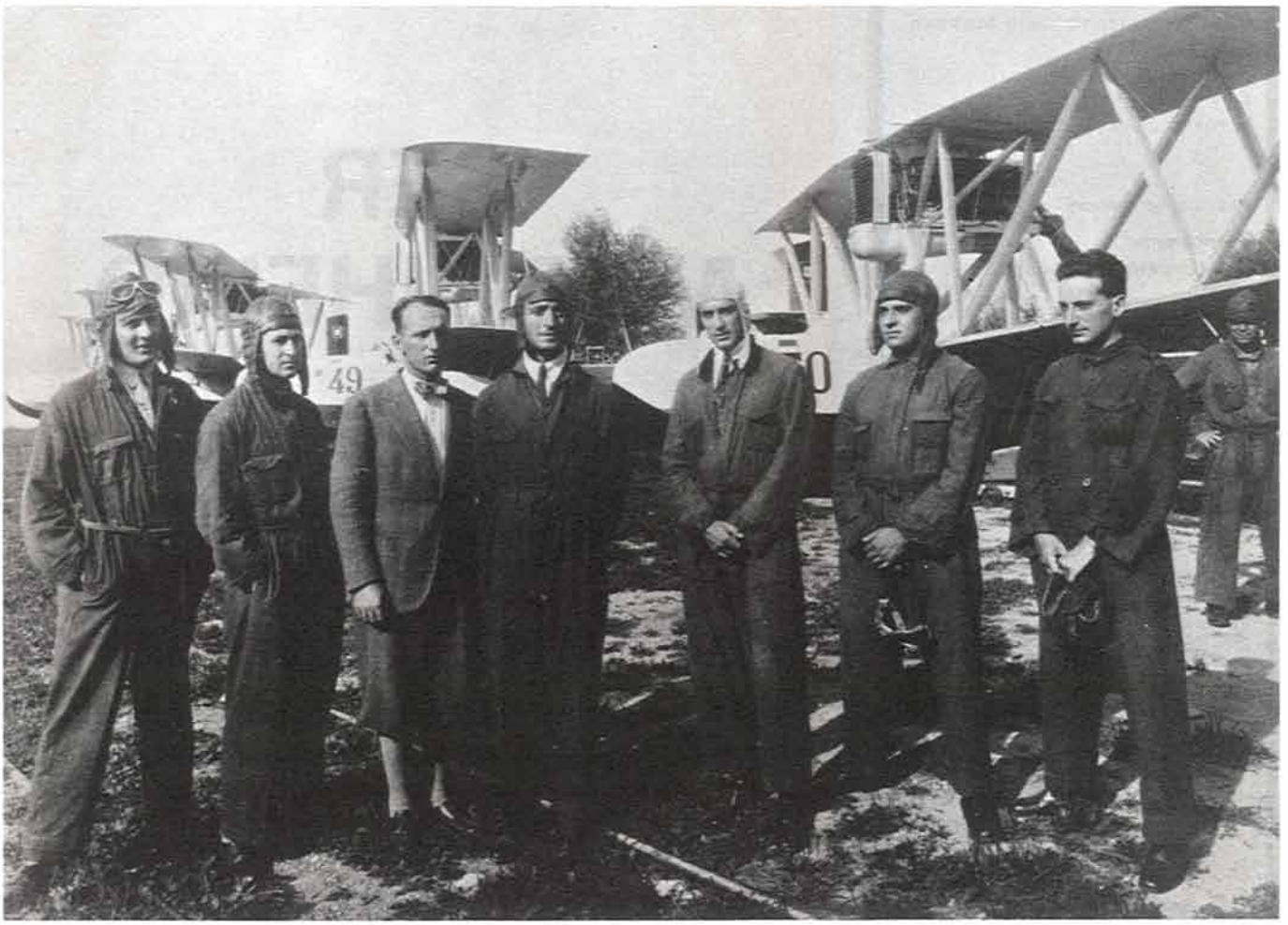
## SER MARINHEIRO

**Isto de ser marinheiro tem muito que se lhe diga e não é para qualquer. Vestir a farda não chega. Ser marinheiro significa, antes do mais, andar no mar, conhecê-lo, tratá-lo por tu, embora com o respeito que merece; significa ter orgulho e gosto pela profissão e ser competente no serviço, significa ser exemplo de disciplina, de aprumo e de educação; significa ser corajoso no perigo, nobre na derrota e generoso na vitória; significa estar sempre do lado da razão e da justiça e significa, acima de tudo, amar a Pátria e dar tudo por ela. Digam o que disserem, isto de ser marinheiro não é para qualquer...**

*Com.*

# Quando a Marinha tinha Asas...

## *Viagem Aérea de Itália a Lisboa em 1928*



*A equipa de aviadores navais junto dos hidroaviões «Macchi», na fábrica, em Itália. Da esquerda para a direita: 2.º s-ten. Av Armando de Roboredo e Gomes Namorado; Sartori, piloto da Casa Macchi; 1.º-ten. Av Pedro Rosado; 2.º s-ten. Av Paulo Viana, Aires de Sousa e Cardoso de Oliveira.*

No Verão de 1928, mais precisamente no mês de Agosto, um grupo de oficiais da antiga Aviação Naval, chefiados pelo então 1.º-ten. Pedro Rosado foi a Itália a fim de trazer pelo ar, de Vareze – pequena cidade do norte daquele país junto ao lago do mesmo nome – para Lisboa, seis hidroaviões «Macchi», que tinham sido adquiridos pelo Governo Português. Tratava-se de biplanos monomotores de madeira, com motor Isota Fraschini de 200 HP, cuja velocidade de cruzeiro era da ordem dos 130 km/h se a memória me não falha. Creio que foi o primeiro voo de grupo relativamente extenso realizado em Portugal.

Além do comandante Rosado, que era na altura comandante do Centro de Aviação Naval do Bom Sucesso, constituíam o grupo de oficiais os tenentes Paulo Viana, Gomes Namorado, Cardoso de Oliveira, Aires de Sousa e o signatário desta notícia

– os cinco do mesmo curso de pilotos, brevetados em 1 de Novembro de 1927 e por consequência com pouca experiência e reduzido número de horas de voo após o «brevet». Com o piloto de cada avião seguia um mecânico. Recordo-me que o meu era o cabo Machado.

A viagem foi estudada com escalas para reabastecimento em S. Rafael (França), Barcelona, Los Alcazares e Cádis, estas três em Espanha.

Largámos do Lago Vareze em 27 de Agosto para S. Rafael. Este voo tinha de realizar-se, no primeiro troço, sobre os Apeninos o que nos obrigou a voar a uns 2200 metros rumo a Génova, seguindo depois o resto da viagem sobre o mar. A duração do voo foi de 2 h e 30 m. Nestes tempos não se usavam paraquedas nem os aviões dispunham de instrumentos de voo sem visibilidade ou de comunicações rádio.

Os aparelhos eram muito manobráveis e de fácil pilotagem, todavia a amaragem necessitava de ser feita com todo o cuidado porque os aviões apesar de serem hidros de coque eram relativamente leves e tinham tendência para saltar se não tocassem correctamente na água, particularmente se esta estivesse agitada.

Tenho presente a impressão que me causou, quando aguardava a minha vez de amarar no porto de Barcelona, onde havia uma espécie de calema, ver saltar um ou dois dos aviões, o que aconteceu pela primeira vez.

Das poucas peripécias que me recordam, apenas uma paragem do motor no meu avião, quando me preparava para amarar em mar aberto em S. Rafael, aliás sem consequências. A paragem foi devida a falta de gasolina por rotura dos tanques que a derramou dentro do avião.

Para aumentar a autonomia os hidros foram equipados com dois tanques em vez de um que era o usual e para não fazer crescer sensivelmente o peso, a chapa usada nos tanques de gasolina era mais delgada que a normal. Foi esse em parte um dos motivos, mas o defeito principal foi de acabamento da construção dos mesmos tanques. Como S. Rafael era uma base da Aeronaval francesa, trabalhou-se toda a tarde e noite o que permitiu largar para Barcelona no dia imediato, 28 de Agosto, durando o voo 3 h e 05 m à altitude de 300 metros.

De Barcelona saímos a 30 para Los Alcazares onde se localizava a escola de bombardeamento e tiro da Aviação Militar espanhola (tempo de voo 4 h e 05 m à altitude de 400 metros); Los Alcazares fica próximo de Cartagena.

Em 31 partimos de Los Alcazares para Cádis (3 h e 40 m à altitude de 400 metros) suportando um fortíssimo vento levante que tornou a viagem muito desagradável pela «tacada» que se fez sentir durante o trajecto ao longo da costa espanhola até Cádis, onde o estado do tempo tinha levado a autoridade marítima a fechar o porto. Cada um de nós amarou como pôde e até fora do porto, como me sucedeu a mim e suponho que a outros. Após longa espera com o motor em marcha para me aguentar sobre a água, fui rebocado por um torpedeiro da Armada espanhola que saiu do porto para esse fim, sendo as manobras para passar o reboque sem percalços, dado o estado do mar, complicadas e demoradas. Os aviões ficaram fundeados como de costume, mas o vendaval era tão forte que um deles garrou de noite e foi enxurrar em terra avariando uma asa que teve de ser reparada nas oficinas da Dornier, o que nos obrigou a ficar ali até 3 de Setembro, dia em que partimos para Lisboa, última etapa das cinco que constituíram a viagem em voo de esquadrilha, como então se chamava, de Vareze a Lisboa (este último voo de 3 h e 20 m à altitude média de 900 metros).

Vinha no hidro do 2.º-ten. Gomes Namorado além do seu mecânico um técnico italiano da Casa Macchi que era um tipo curioso e bem disposto e nos fora «emprestado» para apoio na viagem.

Na amaragem no Tejo sucedeu-me a mim a desagradabilíssima sensação dos saltos do avião por menos cuidado na condução da amaragem.

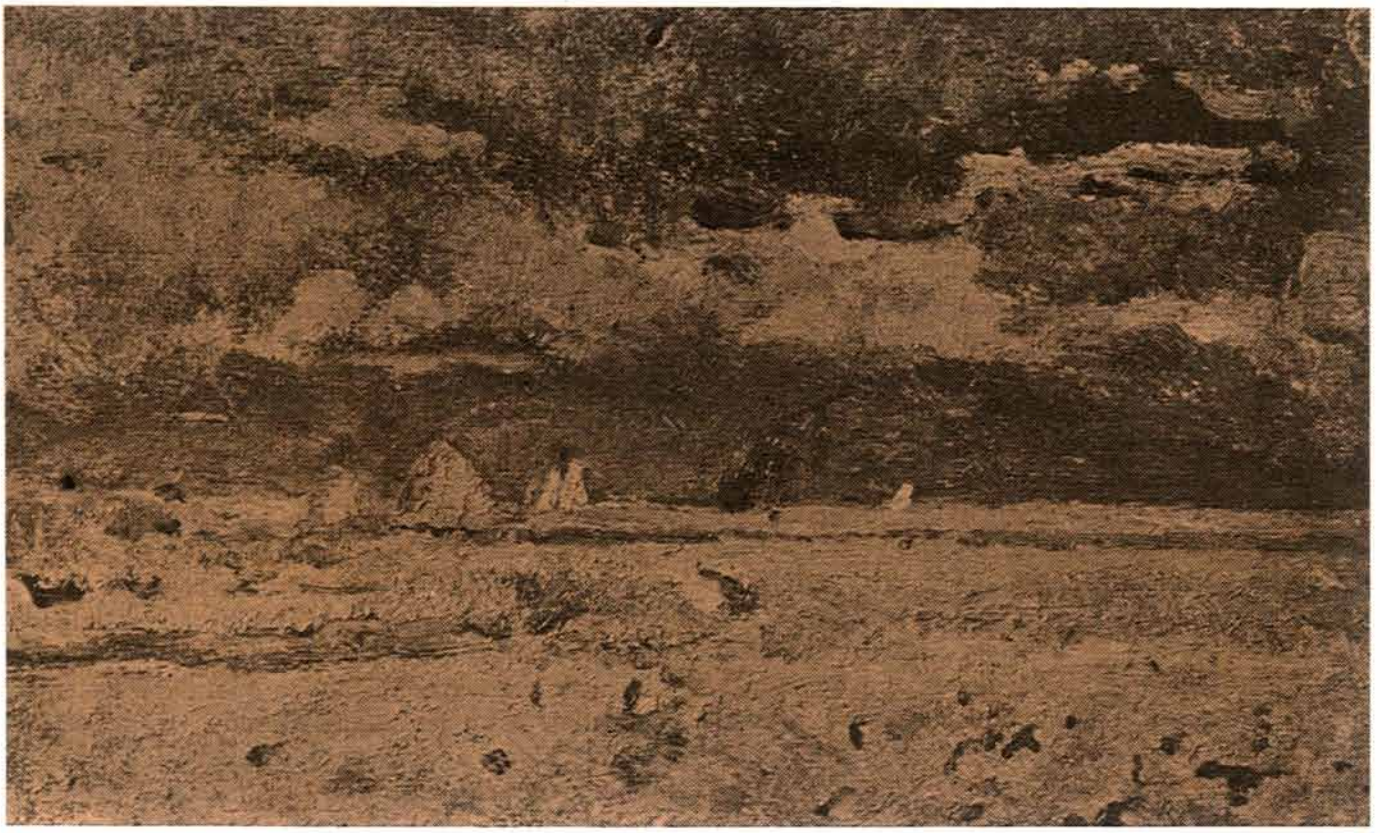
Como recordar é viver e porque ainda hoje sentimos quanto interesse tem para qualquer Armada a sua própria aviação especializada, aqui deixamos estas rápidas notas sobre uma viagem que não deixou de ter alguns aspectos emocionantes, nomeadamente para os cinco jovens tenentes que, como disse, ainda não tinham um ano de «brevet».

Quanto ao comandante Rosado, piloto experimentado e oficial distinto, a quem rendo sentida homenagem póstuma, a sua experiência tinha sido largamente provada em já longos anos ao serviço da Aviação Naval, ainda no tempo do comandante Sacadura Cabral.

Recorda-se que foi o piloto de um dos três aviões «Fokker» que Sacadura Cabral comprou na Holanda com o dinheiro da subscrição pública para a viagem aérea de circumnavegação, da qual tinha desistido por razões estranhas à sua vontade. Na viagem da Holanda para Lisboa, como se sabe, Sacadura Cabral, desapareceu com o seu avião no Mar do Norte.

*Armando de Roboredo*
*V.-alm.*

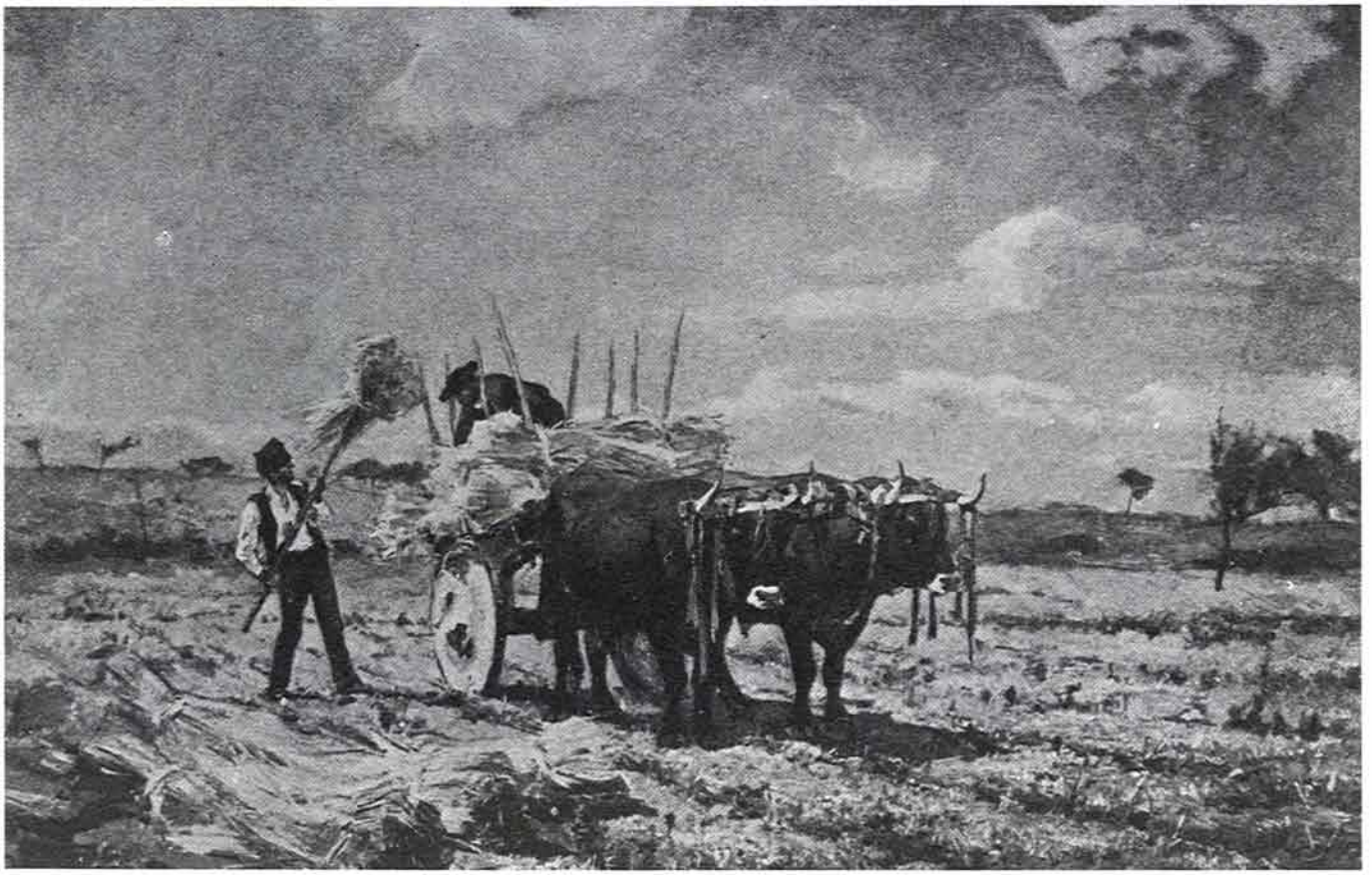
# OS NOSSOS PINTORES NATURALISTAS



*A Seara, de Silva Porto.*

Se examinarmos, por exemplo, a evolução da arte francesa, desde o romantismo ao impressionismo, verificamos nela um pendor realista que raramente procura expressão na natureza autêntica. Millet ou Corot, que tanto amaram a Natureza na sua forma mais ampla – a paisagem –, encaravam-na mais como estado de alma do que como uma realidade objectiva. A sensibilidade de Millet transforma a Natureza ou se quizermos, a paisagem, emprestando-lhe aquela qualidade evocadora de uma emoção específica que tem raízes no romantismo; Corot, por seu lado, empresta-lhe um tão grande equilíbrio, uma tal poesia e transparência e uma atmosfera cuja existência se adivinha através de folhas e ramos que aponta já para o impressionismo. Quer um quer outro, no entanto, não se arriscam muito ao «ar livre» e finalizam as suas telas na interioridade dos ateliers.

Os realistas franceses, evitam por assim dizer, o apelo da Natureza. Só a Escola de Barbizon a que pertence-



*A Salmeja, de Silva Porto.*

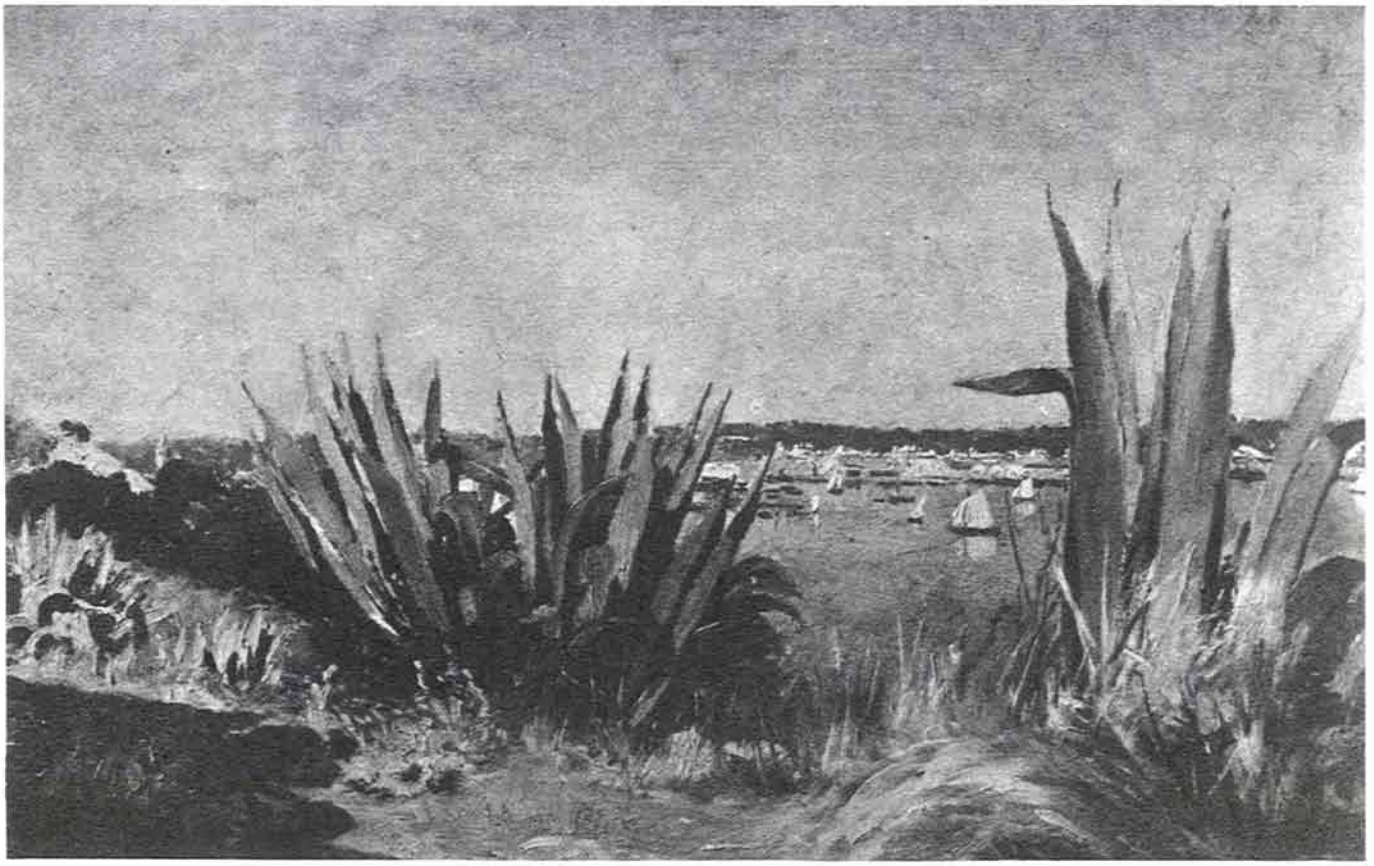
ram Daubigny, Dupré e Diaz e de que Théodore Rousseau (1812-1867) foi o mais famoso dos cultores, não desdenhou do naturalismo autêntico.

Entre nós, o Naturalismo surge como ponte firme entre o realismo e o impressionismo. Os pintores regressam de França e lançam-se abertamente na busca do ar livre, cavalete a tiracolo, plantando-o à beira do caminho, nas areias da praia ou na sobrançaria das falésias. Embriagados de luz, pintam a Natureza com paixão, intuindo por vezes particularidades cromáticas que só o impressionismo viria a desvendar.

*Paisagem da Aguda, Gaia, por Marques de Oliveira.*

O Naturalismo, no nosso país, correspondeu mesmo a uma maré alta da Cultura e do génio artístico que só teve paralelo na época dos Descobrimentos. A essa geração pertenceram poetas e escritores como Antero de Quental, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Guerra Junqueiro, homens de Ciência como Sousa Viterbo, Alberto Sampaio e Martins Sarmento e artistas como Soares dos Reis, Silva Porto, Malhoa e Columbano.

Quando Silva Porto (1850-1893), regressando de Paris, depois de ter pintado com Daubigny, em 1880, expõe na Sociedade de Belas-Artes 29 das suas paisagens, causou enorme entusiasmo. A maior revelação seria essa tela belíssima que é a «Seara», «onde a miséria ri e o trabalho canta» e a luz que jorra de um céu luminosíssimo brinca no ouro do trigo a perder de vista e nas pétalas rubras das papoilas, aqui e além no espaço que a foice já cegara. Ele foi o admirável paisagista que transpôs para a tela toda a beleza do Portugal do século XIX. Humilde, sensível, concentrado e contemplativo, viveu com inexcedível modéstia como se receasse a cada passo incomodar quem quer que fosse. A sua simplicidade transparece desta cena deliciosa: – Durante uma distribuição de prémios presidida pelo Rei, o pregoeiro anunciou que ia



*Piteiras, de João Vaz.*

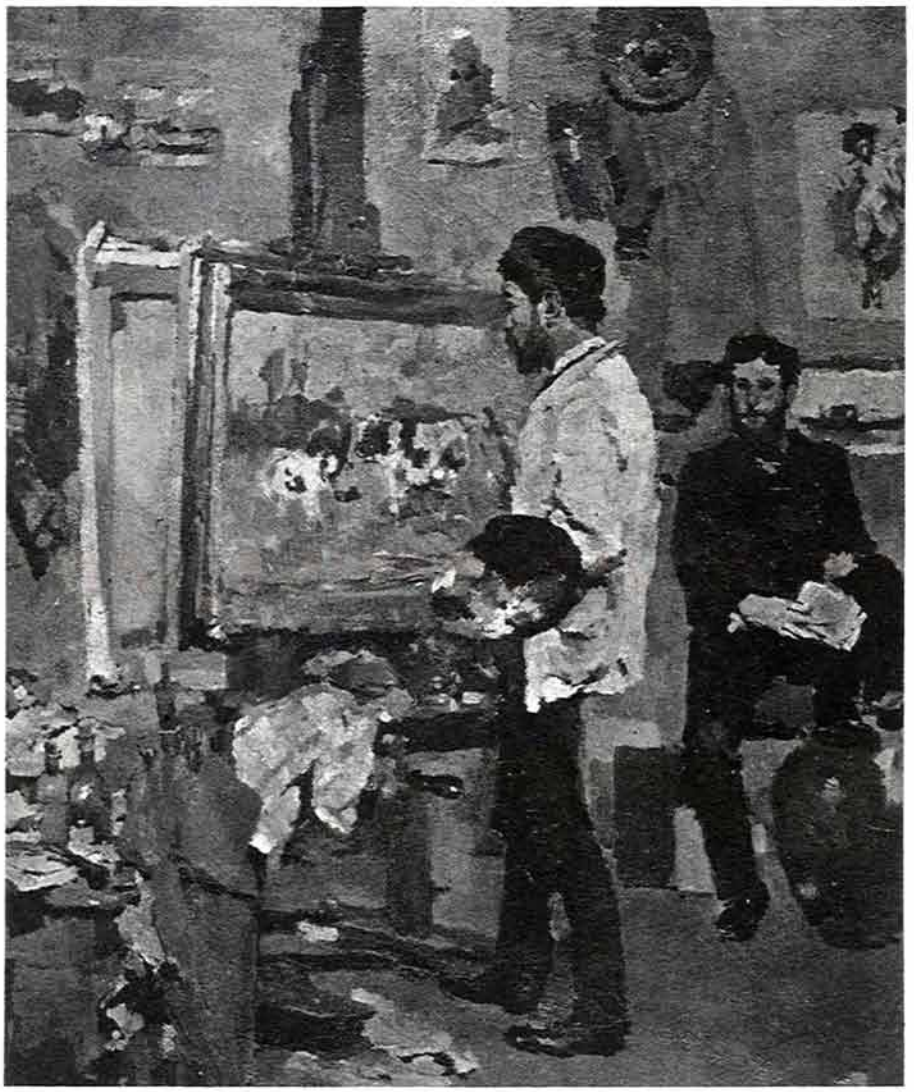
ser entregue uma medalha de honra a Silva Porto; a assistência levanta-se entusiasmada e volta-se para o artista, que estava presente, rompendo numa salva de palmas enquanto, ele, distraído, julgando que os olhares voltados para si significavam uma censura, aplaude também com redobrado entusiasmo sem dar conta que os aplausos lhe eram dirigidos. Ao dar pelo disparate, tenta fugir da sala, acabando por desistir disso ante o convite do Rei que, entre sorrisos, lhe fez entrega do galardão.

Foi um impulsionador do grupo do Leão, figurando na enorme tela que Columbano consagrou ao Grupo. Silva Porto pintou com afã desmedido. Preencheu a sua curta vida recolhendo com assombrosa «naturalidade» as cenas mais típicas do viver do nosso povo e os aspectos mais variados da tão diversificada paisagem portuguesa do Minho ao Algarve. Peregrino romântico, poisou o cavalete em quantos recantos lhe prendiam a alma. Ficou sempre fiel ao naturalismo quer sagrasse com a poesia da sua arte o labor de homens e animais no trabalho da terra ou nas ocupações do dia-a-dia, quer reproduzisse no deslumbramento da luz do Verão, as cenas de feira, de mercado, romaria ou procissão, quer ainda comungasse – a sós com a paisagem – o seu esplendor ou a sua desolação.

*O barco desaparecido, de Sousa Pinto.*

Foi acompanhado e seguido por uma plêiade de artistas de que interessa destacar Marques de Oliveira, Artur Loureiro, Malhoa, Sousa Pinto, João Vaz, Pousão, Columbano, Carlos Reis e outros de menor vulto.

Marques de Oliveira (1853-1927) foi contemporâneo de Silva Porto e companheiro de estudos em Paris. Preferiu as paisagens do Norte e as suas gentes. Amava o mar deixando-nos



*O Atelier de Silva Porto, de Columbano.*

por isso belas marinhas onde a faina dos pescadores lhe oferece inesgotáveis motivos.

Artur Loureiro (1853-1932) apesar de se ter radicado durante 20 anos na Austrália, deixou-nos uma obra significativa com especial predilecção pelas paisagens do Norte donde era natural. De desenho impecável, deixava-se impressionar pelas margens do Douro, pelos cerros do Gerez (onde as núvens são como vagas ao assalto de falésias alterosas) e pelo casario das vilas e cidades.

José Malhoa (1855-1933), cujo naturalismo se afirma mais no tratamento das cenas populares onde o anedótico se alia ao dramático, deixou-nos telas cheias de vida com temas de bêbados, fadistas, romarias e procissões com os seus anjinhos e promessas. No entanto, as suas melhores telas, que não as mais apreciadas, são aquelas em que apressadamente colhia apontamentos do natural, numa espontaneidade e pureza de tons e cores que são já a aurora do impressionismo.

Sousa Pinto (1856-1939) foi um pintor admiravelmente dotado, cheio de saber e sensibilidade, com larga permanência em França, atingindo fama mundial, com significativa representação em muitos museus franceses e no Luxemburgo. O que pintou do seu país, tem a marca de um portuguesismo sem mácula, emocionante pela singeleza da expressão local.

João Vaz (1859-1931) foi um marinhista notável com predilecção especial pelas águas do Sado e do Tejo onde captava o frémito dos reflexos das velas nas águas mansamente agitadas ou a poalha luminosa que o desfazer da espuma das ondas deixa na atmosfera das praias.

Henrique Pousão (1859-1884) é de todos os pintores naturalistas portugueses o mais inovador no que à cor diz respeito pois soube casar o sentimento naturalista da sua pintura com as exigências impressionistas da cor.

Columbano Bordalo Pinheiro (1857--1920) foi o mais insigne retratista português; de técnica impecável, soube aliar essa técnica a uma profunda capacidade de análise psicológica dos retratados. As suas naturezas mortas são também magistrais.

Carlos Reis (1863-1940) fecha, com o Grupo Silva Porto de que foi o fundador, e de que fizeram parte seu filho João Reis, Falcão Trigoso, António Saúde, Frederico Aires e outros, o ciclo do naturalismo em Portugal.

A pintura naturalista é a que mais perto está do coração do Povo, pois satisfaz tanto a modéstia de recursos culturais dos não iniciados como as exigências estéticas dos conhecedores. Apesar de se lhe seguir um século de pintura moderna, o naturalismo, sobretudo no que se refere à permanência da paisagem, ainda hoje fere e sensibiliza a alma de muitos artistas que sentem, na comunhão com a Natureza o apelo dos seus atractivos.

*O. Lemos*
*Cap.-frag.*

# M.F.A. – *Princípios ideológicos*

**Há alguns anos, em tempos especialmente difíceis, um escritor português, Fernando Namora, referia a luta do Povo pela Liberdade**

**O nosso companheiro**
**já não é rodízio**
**já não é um luxo**
**já não é pretexto**
**já não é baraço**
**já não é balão**
**já não é trampa**
**que se põe no lixo**
**. . . . . .**
**e aos companheiros digo**
**que venham daí comigo**

**Quarenta e oito anos de fascismo. Catorze de guerras coloniais. Trinta e dois por cento de analfabetos. Dez por cento de população emigrada. Milhares e milhares de mortos e inválidos de guerra. Índices sanitários dos mais baixos da Europa. Problemas dramáticos de habitação. Economia desastrosa. Prestígio internacional nulo. Repressão. Tortura. Censura. Corrupção.**

**Foi neste clima de tragédia que na madrugada de 25 de Abril, o M. F. A. e o Povo iniciaram a árdua caminhada para a construção da sociedade socialista em Portugal.**

**Democratizar. Descolonizar. Desenvolver.**

**Não tem sido fácil o caminho. Nem será fácil o futuro. E está em jogo a vida de 9 milhões de homens, mulheres e de crianças que vivem na terra portuguesa. E está em jogo a vida de muitos milhões que aqui nascerão.**

**E a pergunta nasce intensa.**

**A resposta do M. F. A. é bem clara e firme.**

**Queremos Dignidade, Justiça, Paz, Fraternidade com todos os povos do Mundo.**

**Queremos caminhar livremente pelas ruas, lavrar os campos, reencontrar os mares e os rios e as montanhas e trazer pela mão confiantes os nossos filhos. Queremos o socialismo em Portugal.**

**Vivemos uma hora de responsabilidade extrema. O fascismo caiu politicamente por força do M. F. A. Não foram as massas populares através da luta armada que o derrubaram.**

**E deparamo-nos com uma situação nova na História dos Povos com o fascismo afastado do Poder político mas ameaçador e um Povo despolitizado sem os quadros e a experiência que uma luta longa e dura teria fermentado.**

**Situação que impõe uma análise correcta do processo revolucionário, uma acção bem determinada para despertar a lucidez social e a vontade política de camadas cada vez mais alargadas do Povo, uma compreensão profunda da responsabilidade das FA's na construção da Sociedade Portuguesa.**

**O M. F. A. propõe ao Povo Português o caminho para o Socialismo. E desde logo define o Socialismo como o sistema político no qual os meios de produção, a riqueza criada pelo trabalho, estão ao serviço das classes trabalhadoras. Apenas ao serviço das classes trabalhadoras.**

**E sem ambiguidades, afirma que a liberdade do indivíduo apenas é possível pelo Socialismo. A Liberdade no Socialismo.**

**E recusa o sistema capitalista, de exploração do Homem pelo Homem, incluindo a sua forma mais enganadora, a Democracia Burguesa, que procura, através da alienação dos valores humanos, prosseguir essa exploração, recuperando o sistema.**

**A transição para o Socialismo em Portugal implica efectuar a análise das realidades económicas, sociais e políticas do País, colocar a economia ao serviço dos trabalhadores, os quais procurarão formas cada vez mais aperfeiçoadas de organização que**

lhes permita o controle político do aparelho de Estado.

Sabemos que herdámos do fascismo uma sociedade profundamente viciada o que implica uma acção inteligente que permita que a transição para o Socialismo se efectue com a participação o mais ampla possível do Povo Português.

O facto de o fascismo português ser, porventura, o mais estéril, o mais atrasado, o mais feudal dos fascismos, poderá proporcionar-nos a possibilidade de construir uma sociedade sem graves convulsões. Poderá!

O que dependerá em primeira análise, da capacidade do M. F. A. em democratizar as FA's, tornando-as disciplinadas, eficientes e esclarecidas politicamente, abandonando modelos clássicos de FA's e construindo-se num efectivo apoio à reorganização social e à reconstrução do País.

E, simultaneamente, da capacidade política das classes trabalhadoras que deverão encontrar formas democráticas de organização, aglutinando-as com o M. F. A. na procura de soluções para os problemas do Povo Português, numa linha de cooperação com todos os Povos do Mundo, garantindo a Independência Nacional.

Os nossos objectivos são:

- Democratização das FA's;
- Reestruturação das FA's;
- Participação das forças políticas populares, cada vez mais ampla, no processo revolucionário;
- Desenvolvimento económico e social;
- Cooperação com todos os Povos do Mundo;
- Apoio à cooperação com os países de língua portuguesa;
- Independência Nacional;
- Firmeza na caminhada para o Socialismo.

Saudamos todos os Povos do Mundo.

Viva Portugal!

*Ramiro Correia*
*1.º-tenente MN*

---

# *Eu Canto a Minha Pátria*

*(Pintura a guache de Guilherme Camarinha)*

*Eu canto a minha Pátria!*
*Esta Pátria perseguida*
*pelos punhais da Traição.*
*Minha Pátria dos trigais,*
*«dos varões assinalados»*
*das naus dos antepassados,*
*das sementeiras de Pão.*
*Dos homens morenos, rijos,*
*transformando a terra em fruto.*
*Minha Pátria de Camões!,*
*e deste povo que avança*
*com archotes de Esperança*
*a arder nos corações...*

*Eu grito aos homens que vivem*
*cantando hinos de guerra;*
*(a todos os que cravaram*
*no meu País ultrajado,*
*as espadas da Traição):*
*Eh! homens sem Amanhã!*
*Rasguem-me o corpo e a alma,*
*mas a minha Pátria, NÃO!!!*

*Helena Luísa M. Coentro Bonjour*
*Funcionária da D. S. E. C.*

# Voz da Abita

## CARTA DO «PEZINHOS», CABO M

Quando andava embarcado não ligava nenhuma ao que se passava em terra, onde aparecia e desaparecia como os anticiclones vindos dos Açores... Vivia felicíssimo da vida e, por isso, parece que via as coisas com óculos cor de rosa. Mas agora, como perdi as esperanças de voltar para o mar, ando sempre mal disposto e a embirrar com tudo e com todos. E às vezes tenho razão! Há tempos li nos jornais uma notícia que me deu muita satisfação. As casas comerciais eram obrigadas a pôr os preços nos artigos expostos nas montras. Ainda bem, pensei eu, assim já é escusado entrar e perguntar aos empregados... sim porque é aborrecido eles dizerem que o preço é tal e a gente não querer. Eu, pelo menos, não gosto e fico sempre com cara de parvo...

Bom, mas assim tudo estava resolvido. Olha-se, e se convém entra-se e compra-se; senão, passa-se adiante.

Aqui há dias a minha patroa fez anos e eu quis oferecer-lhe uma prenda. Claro que tinha que ser uma coisa compatível com o meu magro vencimento. Andei pela Baixa a ver se descobria algo que me agradasse. E encontrei. Uma montra cheiinha de fios de ouro e prata, de medalhas, de

corações, de berloques com pedras de cor... Mas, em lugar dos preços marcados nos papelinhos, como eu julgo que deviam ter, estavam uns símbolos misteriosos, que para mim eram autênticos hieróglifos «55382 ALAS», «58070 BROS», «55304 NOSS»... Então a tal lei? É geral ou tem excepções? E mesmo que não houvesse lei, não dava menos trabalho, e era mais prático, pôr mesmo o preço no papelinho em vez daqueles sinais que até parecem de um código secreto?!

Não sou nada desconfiado mas, todos aqueles enigmáticos símbolos não serão um pretexto para nos enfiarem o barrete? Se calhar é mesmo!...

---

*Do 1.º sarg. TF – Francisco Galhetas, em serviço na corveta «João Coutinho», em Moçambique, recebemos uma carta que transcrevemos:*

«Ao senhor Director e a todos que na Revista trabalham quero desejar-lhes bons êxitos, acompanhados do melhor progresso. É com a maior consideração que peço algumas linhas na nossa Revista para publicação de algumas palavras, se V. Ex.ª o entender, pois julgo serem de interesse colectivo.

## FALAR DE RANCHOS, PROPOR SOLUÇÕES.

«E uma delas é falar de rancheiros, impedidos e faxinas. A função destes obedece quase a uma especialidade. Além de existirem já tantas outras, estes seriam anexados à Taifa, para onde mais tarde ingressariam como profissionais no quadro de TFH, TFD ou TFP e já levavam conhecimentos de causa, e uma vez que todo este pessoal tem acesso ao curso do 2.º grau é-lhe indispensável o conhecimento de qualquer destas especialidades.

«E em vez de se lhes chamar rancheiros, impedidos ou faxinas, palavras já antiquadas, passavam a chamar-se ajudantes de cozinha, ajudantes de copa, de paióis, etc. Este pessoal nunca devia ter outra especialidade; depois de um ITE eram grumetes da Taifa até à promoção a marinheiros. Como organizar este pessoal? Para o efeito, no fim de cada recrutamento deve efectuar-se um programa extensivo para todo o pessoal voluntário interessado na especialidade da Taifa. Mas só voluntário, porque a partir daqui já há uma certa vocação e inclinação para o serviço.

«Então seleccionava-se este e fazia-se um ITE na escola com pouco tempo de duração, com um responsável pela administração e formação deste pessoal. Do que constaria o ITE? Apenas na aprendizagem de preparação de peixes, cortar carnes, descascar batatas, preparar vegetais, lavar louças e palamentas, saber o cuidado a ter com elas, higiene nos compartimentos, etc.

«E com estes conhecimentos o pessoal seguia para qualquer unidade onde mais tarde seriam os técnicos e sem a desculpa tradicional dos rancheiros: «Estou aqui obrigado, não sei fazer melhor; já tenho a minha especialidade que me chega». Para além de os formarmos precisamos da sua colaboração e boa-vontade das quais tanto necessitamos.

«Este pessoal, ao fim de oito ou nove meses ou um ano de prática, frequentaria então o curso que escolhesse, já com a sua ficha de aptidão com o fim de aperfeiçoamento técnico e para classificação de promoção dentro da sua vaga.

«Hoje em dia o pessoal não sabe preparar muitas coisas que dizem respeito à alimentação ou seja, à culinária. Alguns, quando são rancheiros, só trabalham de luvas e se o peixe, apesar de sair dos frigoríficos com a devida antecedência, se mantém sempre frio, e se os responsáveis não estiverem com atenção e não tiverem escrúpulos de metê-lo mesmo assim dentro de água quente ou quase a ferver, ou não tiverem cuidado para o não moerem, estragam-se as refeições, e porquê? Pela má manipulação. Evidentemente que, em parte, talvez tenham razão de não saberem preparar e não terão disso culpa porque nunca foram ensinados e já têm as especialidades de C's, L's, A's, CM's, E's, M's, T's, R's, etc.

Culpas? Recaem sempre no mesmo. Muitas vezes sem as ter.

«A iniciativa de preparar este pessoal seria de interesse e numa estrutura global permitira coordenar os trabalhos, unir esforços, evitar desgastes, arrelias, e contribuir para o bem-estar às vezes de uma unidade ou guarnição.

«Outros aspectos há que referir e corrigir dentro da classe. Não abordando agora outros assuntos, falo essencialmente na higiene. Todo o pessoal da Taifa deve ter brio, ter orgulho em andar impecavelmente limpo, caso contrário não é digno de ocupar as funções que desempenha.

«Gostaria de falar de ranchos como em princípio me pronunciei, mas esta já vai longa e não me quero tornar maçador. O que pretendia era que todos os camaradas contribuíssem com a parte que lhes compete para termos uma Marinha sólida e sã.»

---

*Do ex-mar. C n.º 405/72, David da Silva Martins, de Santo Tirso, recebemos uma carta que transcrevemos:*

«Vilarinho, 2 de Abril de 1975.

«Cordiais saudações para todos quantos trabalham na nossa querida Revista.

«Eu sou daqueles a quem o glorioso 25 de Abril veio pôr na Reserva um ano mais cedo. Bem hajam os homens sem sono; bem hajam todos quantos lutaram para restituir a Portugal a liberdade porque todos ansiávamos.

«Li a nossa Revista durante os trinta e sete meses que servi a Pátria na nossa gloriosa Armada. Agora, volvidos que são dois meses após ter despido a farda que enverguei com tanto orgulho, cheguei à conclusão a que tantos chegam:

« – É impossível esquecer a Marinha!

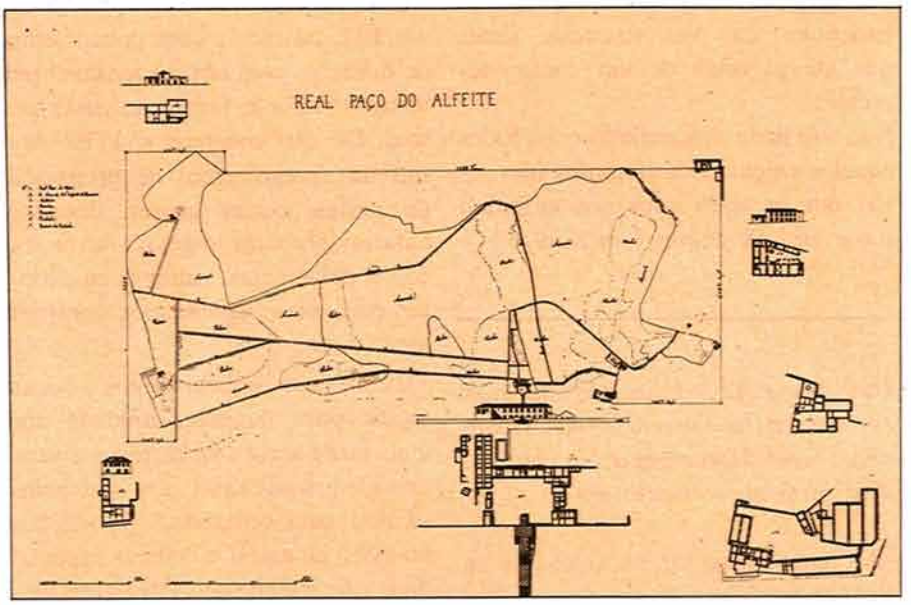
«É impossível esquecer as amizades que criei a bordo do navio onde estive dois anos!

«É impossível esquecer essa grande família de que fiz parte. Preciso de algo que me fale dos navios, do mar, de tudo quanto é Marinha.

«Cá vai o meu pedido: Quero, se possível, uma assinatura da nossa Revista (...)».

# O PALÁCIO DO ALFEITE

*Fotografia 1 e 1A*




Todos os marinheiros conhecem o Palácio do Alfeite, implantado entre a Base Naval e o Arsenal do Alfeite. Poucos, porém, saberão a sua história.

Sobre o assunto transcrevemos parte de um artigo publicado nos Anais do Clube Militar Naval, n.ºs 1 a 3, Janeiro/Março de 1972, sob o título «Subsídios para a História do Alfeite», trabalho que foi orientado pelo contra-almirante Moura da Fonseca e realizado, designadamente na parte de investigação, pelo aspirante RN AN José Alberto de Faria Xerez.

As fotografias são as originais. A numeração das fotografias e da figura está necessariamente alterada.

«O Palácio do Alfeite, edifício onde actualmente estão instalados o Comando Naval do Continente, na sua ala esquerda, o Comando da Base Naval de Lisboa, na sua ala direita, e o Salão de Recepções do Ministério da Marinha, no seu corpo central, foi, desde meados do século XVIII, até à proclamação da República, residência de recreio, veraneio e convívio das famílias reais. A sua actual versão resultou de obras de restauro e remodelação efectuadas em 1849, por D. Pedro V, no antigo Paço Real do Alfeite, que por sua vez havia sido construído em 1758 por D. Pedro, filho de D. João V e marido de D. Maria I.

As investigações feitas sobre o assunto levam-nos a concluir terem existido, no mesmo local, e desde princípios do século XVI, outras edificações. De facto, a circunstância do documento de transacção das propriedades do Alfeite, feito entre o Conde de Tarouca e a Casa do Infantado, transcrito no n.º 2 destes apontamentos, mencionar a existência de casas necessitando de grandes consertos, e de haver, nos jardins do Palácio, uma árvore (figueira-de-borracha, «Ficus elástica», Roxb.); vinda da Índia, muito provavelmente na década de 1520 dado que, logicamente, aquela árvore deveria ter sido plantada junto a alguma ou algumas habitações, isso nos leva a presumir a época atrás referida.

Sobre a referida árvore (fotografia 1) reza a tradição ter sido trazida por Vasco da Gama, ainda que, em resultados das buscas feitas sobre a sua cronologia, não possamos confirmar totalmente. No entanto, sabe-se que da Casa de Tarouca, proprietária do Alfeite a partir de 1500, foi 5.º governador da Índia D. Duarte de Menezes, filho do 1.º Conde de Tarouca, antecessor de Vasco da Gama, e por este rendido em 1524. Não custa portanto a acreditar que, após a rendição em 1524, D. Duarte de Menezes, quando regressou a Portugal numa das naus que levou pela 3.ª e última vez à Índia, Vasco da Gama, tenha trazido a célebre árvore, da espécie da qual existiam há pouco em Portugal apenas mais dois exemplares, plantados em bens dos Taroucas – uma em Belém e outra em Caminha. A confusão existente, a mais de quatro séculos de distância, entre a nau de Vasco da Gama e o próprio Vasco da Gama, é portanto perfeitamente admissível.

Após a integração das propriedades dos Taroucas no Alfeite, em 1690, na Casa do Infantado, e dando seguimento à motivação que ressalta dos termos do respectivo documento de transacção, «conserto das casas existentes»,

*Fotografia 2*

*Fotografia 3*

é natural que tivesse sido providenciado o início das necessárias obras. Do arquivo Histórico do Ministério das Finanças e por muita gentileza do seu Director, pudemos obter uma cópia da carta (Fig. 1), datada de 1837, e com a legenda de «Real Paço do Alfeite», a qual se supõe corresponder à tombação da passagem em 1834, da Casa do Infantado para a Administração da Fazenda Real. Nela se encontram implantadas sete construções, entre as quais, além do Real Paço do Alfeite, a casa do Infante D. Francisco e a quinta do Outeiro.

Relacionando as plantas das construções reproduzidas naquela carta, os dados que nela figuram, e a inscrição do ano de 1758 feita num brasão da Casa Real, colocado no extremo do antigo aqueduto de distribuição de água aos terrenos anexos ao Palácio (Fotografia 2), somos levados a admitir, como certo, o seguinte:

– A casa do Infante D. Francisco, actualmente conhecida por palácio do Antelmo, da qual restam apenas algumas ruínas, já devia existir à data da passagem das propriedades do Alfeite ao Infantado, em 1690, e deve ter sido a primeira a ser «consertada» e restaurada após a transacção. Confirma esta hipótese, o facto da legenda da carta a identificar, como «Casa do Sr. Infante D. Francisco», e este ter vivido de 1691 a 1742.

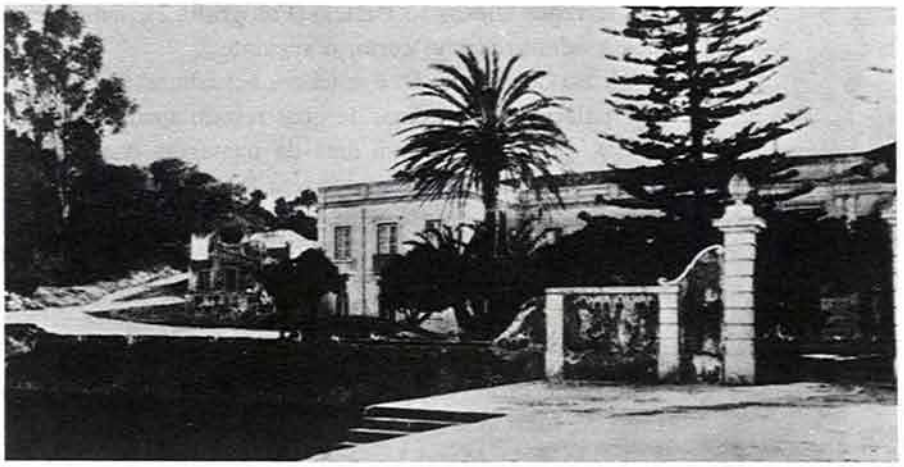
– O «Real Paço do Alfeite» teria sido realmente construído em 1758, no tempo em que era proprietário da Casa do Infantado o Infante D. Pedro, filho de D. João V e marido de D. Maria I, como atrás se afirma. Em reforço desta afirmação, podemos ainda ligar o acontecimento com o terramoto de 1755, pois, este deve ter levado as famílias reinantes a providenciarem a possibilidade de refúgio, e ao mesmo tempo de veraneio, do outro lado do Tejo, fora de Lisboa.

Acerca da utilização do Alfeite pela corte, encontram-se algumas citações que mencionam a realização de piqueniques nos jardins do Palácio e de serões nos seus salões, onde se jogava habitualmente o «faraó», jogo muito em voga na época, e do qual D. José era um apaixonado.

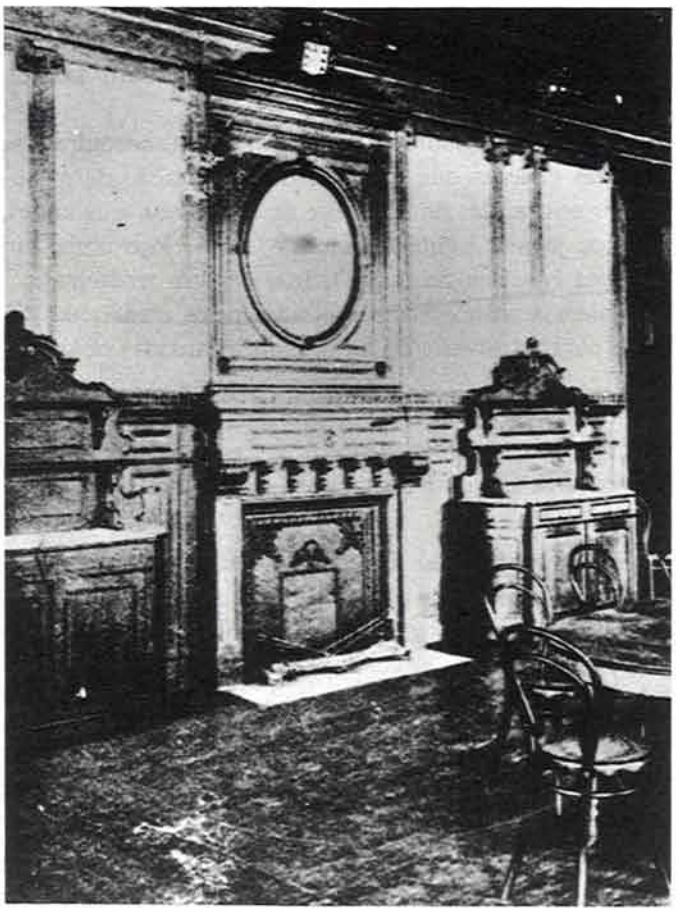
As galeotas normalmente utilizadas pelos utentes do Palácio para a travessia do Tejo, eram guardadas numa dependência rectangular, das instalações do Outeiro, agora de posse da casa RANKIN (Fotografia 3) servida por um cais e varadouro, ainda existentes, mas actualmente soterradas com as obras da Estação Naval da Base Naval de Lisboa.

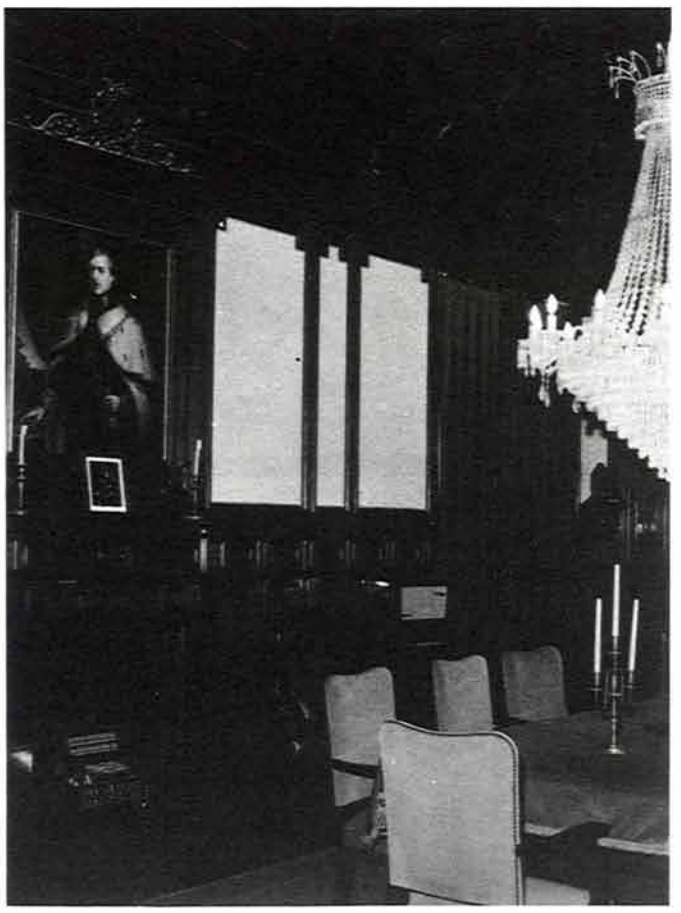
Depois de meados do século XVIII até meados do século XIX, nada há de notável a registar na vida do Real Paço do Alfeite. Até que, em 1849, cerca de um século depois da sua construção, decerto já necessitando de grandes reparações e alterações, D. Pedro V levou nele a efeito as grandes obras de restauro referidas no princípio deste capítulo. Foi seu arquitecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva. Também, na mesma altura, foram objecto de especiais cuidados o jardim e a urbanização dos anexos do Palácio. Deste modo, restaurado e no regime de usufruto régio se manteve o Palácio até ao advento da República, altura em que passou ao Ministério das Finanças e, posteriormente, em 1918, ao Ministério da Marinha. A partir desta data, e por longos períodos, parte da ala direita e do corpo central do Palácio foram residência dos Intendentes do Arsenal e do Alfeite, e as restantes dependências, ocupadas sucessivamente por vários gabinetes e serviços da Intendência, da Base Naval de Lisboa, do Comando Naval do Continente e dos Comandos das Flotilhas.

As divisórias internas sofreram assim, através dos anos, várias transformações e até algumas bastante precárias, dando aos interiores do Palácio, um aspecto pouco agradável e bastante confuso, com tabiques a separar compartimentos. Finalmente, nestes últimos três anos, na vigência do Ministro da Marinha, almirante Pereira Crespo, sob a orientação do Comandante Naval do Continente



*Fotografias 4 e da capa*





*Fotografias 5 e 5A*

contra-almirante Ferrer Caeiro, e direcção técnica do arquitecto Samuel Quininha, da Comissão Administrativa das Novas Instalações das Forças Armadas, órgão executivo das obras, o Palácio foi objecto de grandes restauros internos e externos, que consideraram a sua estrutura e deram ao conjunto a configuração actual, na qual são de salientar as instalações do Salão de Recepções do Ministério da Marinha, o Gabinete do Comandante Naval do Continente, e a ala ocupada pelo Comando da Base Naval de Lisboa. Fotografias feitas antes de 1910 e aqui reproduzidas, permitem, por comparação com outras actuais, verificar algumas das alterações introduzidas desde então, no Palácio, e designadamente:

– Das fotografias 4 e da capa:

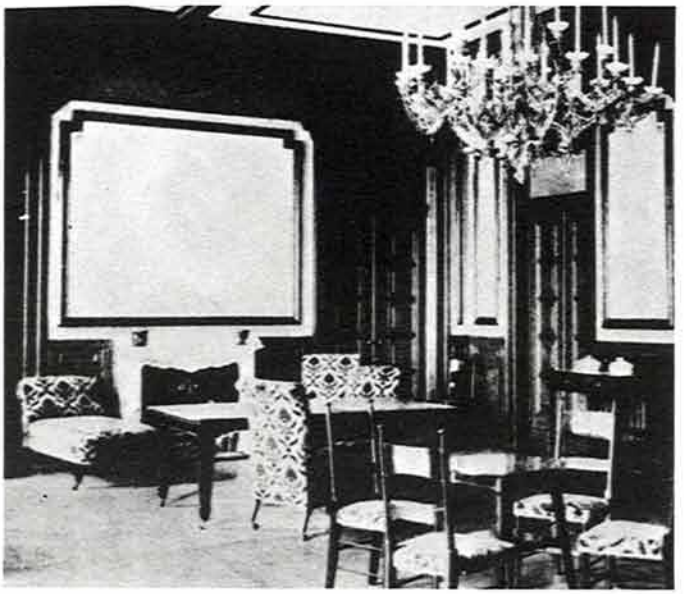
A perspectiva exterior e os alçados mantêm-se, apenas com a exclusão do cais e portão de acesso do lado do rio que agora não existem. A distância do Palácio ao rio, é também maior.

– Das fotografias 5, 5A, 6, 6A, 7 e 7A:

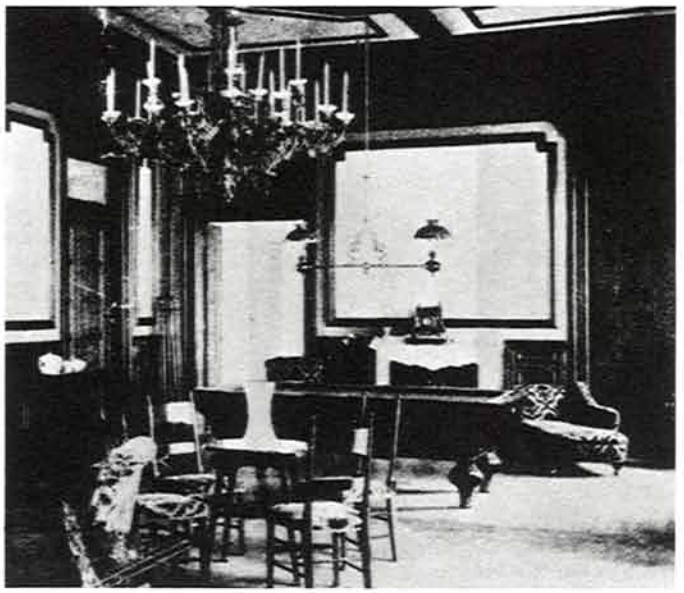
A ala esquerda e o corpo central que compreendem actualmente, entre outras dependências, o gabinete do almirante Comandante Naval do Continente e Salão de Recepções do Ministério da Marinha, eram anteriormente ocupadas, respectivamente, pela sala de jantar e sala de recepções e de bilhar.

– Das fotografias 8 e 8A:

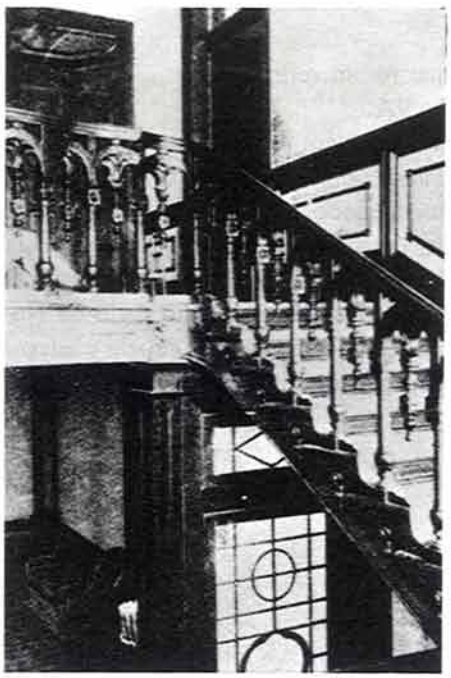
O vestíbulo de entrada no corpo central do edifício mantém-se, somente com a exclusão dos guarda-ventos no pa-



*Fotografias 6 e 6 A*



*Fotografias 7 e 7 A*



*Fotografias 8 e 8 A*

*Fotografias 9 e 9A*

tamar da entrada, que foram retirados.

– Das fotografias 9 e 9A:

A fachada e a palmeira mantêm-se com igual perspectiva. Interiormente, o 1.º andar do edifício mostrado nas fotografias anteriormente ocupado por dependências da Direcção do Serviço do Pessoal (selecção do pessoal) e da Base Naval de Lisboa, é agora utilizado pelos serviços do conselho administrativo e abastecimento da Base Naval de Lisboa. No seu rés-do-chão, antiga capela e adega, estão agora os conselhos administrativos das Flotilhas.

*J. Xerez*

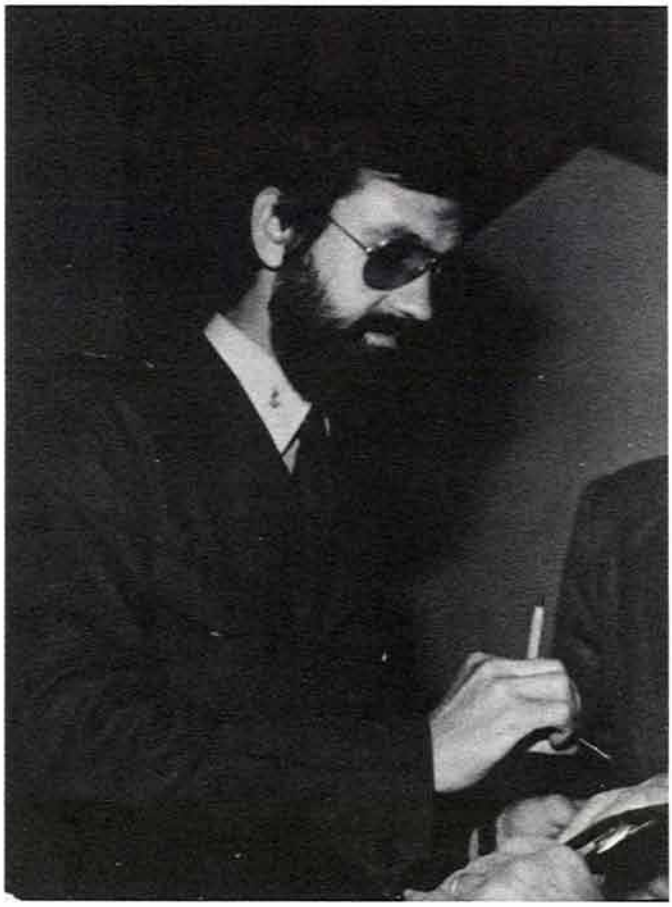
# Conversa entre Marinheiros... da "NAU DE PEDRA"

*Texto do com. M. do Vale*
*Fotos do 2.º-sarg. CM R. Magalhães*

*Continuando com a visita aos entrefundos da «Nau de Pedra», vamos hoje à 5.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal, mais simplesmente designada e conhecida por Repartição do Bem-Estar.*
*Fica, também, situada na «linha de água», entre o Supermercado a BB e a «Revista da Armada» a EB. Tem dois «pavimentos», o inferior, onde é atendido o público, e o superior, um «bailéu», com vários gabinetes de trabalho. Antes de entrarmos, para vermos o que lá se passa, devo prevenir o leitor que esta conversa se vai estender a funcionários civis, os nossos «marinheiros sem farda».*

– Sou «a D. Manuela do Bem-Estar»... é este o nome porque toda a Marinha me conhece. Sou da «primitiva», como vocês dizem, porque estou na Repartição desde que ela começou a trabalhar, em Abril de 1970. Nessa altura, funcionava na Direcção do Serviço do Pessoal com uma «lotação» reduzida – um oficial e dois civis!
Depois, o serviço foi crescendo e em 1974 viemos para estas novas instalações. Somos agora seis militares e nove civis.
– De que tratamos?
– Olhe, de tudo o que as outras repartições não tratam... Pensões de invalidez e sobrevivência – neste campo há situações aflitivas pois há pensões antigas de 300 e 400 escudos e há até quem não tenha nada, por não ter direito; assistência às famílias do pessoal falecido – um serviço que era feito por nomeação de pessoas que desconheciam o assunto –; pagamento de comparticipações relativas a consultas médicas, análises, radiografias, internamentos, etc.; pagamento às farmácias do Continente e Ilhas das comparticipações dos medicamentos vendidos ao pessoal da Armada; transportes de mobiliário para qualquer ponto do País, etc., etc., etc.
E pronto, deixemos a D. Manuela em paz para não ficarmos com remorsos do tempo que lhe estamos a roubar... Antes, porém, vamos cometer uma pequena indiscrição. Apesar da sua missão ser a de auxiliar o chefe da Repartição em trabalhos de expediente, tendo por isso um gabinente no «bailéu», sempre que pode, foge cá para baixo, a atender o público, porque é disso que ela (e ele público...) gosta. E já agora o seu maior desejo: era ter um grande cofre, cheio de dinheiro para dar às pessoas que vêm pedir socorro...

– Subtenente SG Ribeiro Júnior, marinheiro da velha guarda, grumete artilheiro da «escola» de 1940. Para chegar ao que hoje sou, tive de rapar muito! É uma autêntica subida a pulso...
E a propósito de embarque, não sei se já reparou que na Marinha cada um tem o seu fado... Sabe quantas comissões fiz eu nos Açores?! Nada menos de oito! Se houvesse justiça neste mundo, eu era nomeado cidadão honorário de Ponta Delgada! A vida da Marinha é muito curiosa... comecei como artilheiro, passei a enfermeiro e agora sou... «manga de alpaca».

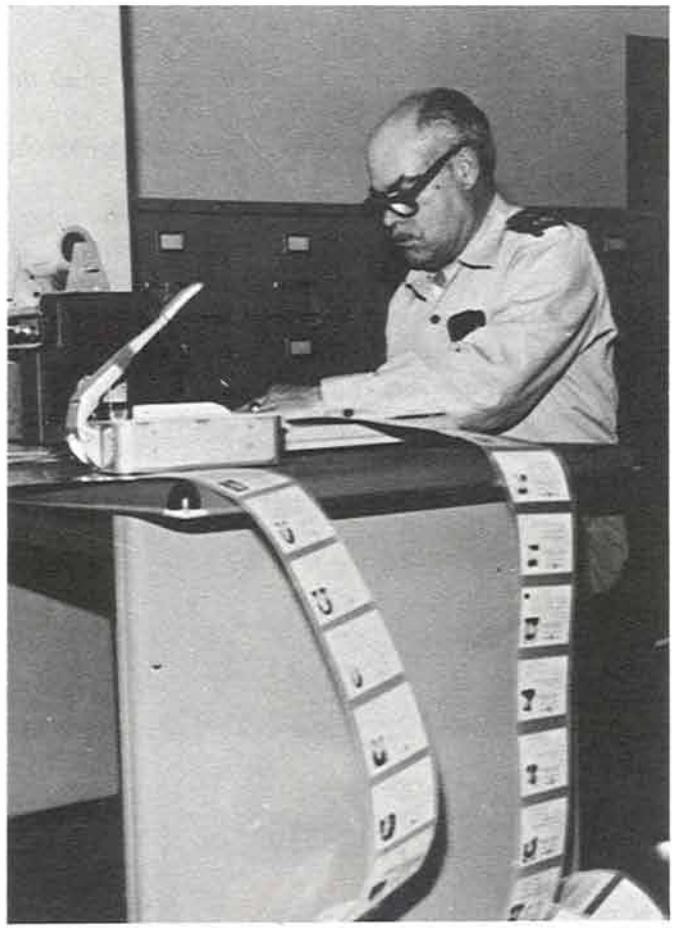


– Cadete RN Joaquim de Oliveira. Estou a fazer o serviço militar obrigatório. Fiz apenas seis meses, faltam-me portanto dois anos! Fiz o meu baptismo de mar na «Comandante João Belo». Gostei e só enjoei no primeiro dia. Depois mandaram-me para aqui, e como a «freguesia» aperta, venho dar uma ajuda ao balcão. Gosto da Armada e gosto deste serviço de relações públicas. No entanto, uma vez que sou marinheiro, talvez gostasse mais de andar embarcado... Sou estudante do 4.º ano do Técnico.

– Maria Amélia Martins, escriturária-dactilógrafa. Vim da F. A. P., onde estive 13 anos num quadro sem acesso. Só cá estou há dois meses e gosto muito deste contacto permanente com o público.

– Problemas?

Sobretudo de vencimentos e pensões insuficientes... a vida está difícil, há pessoas doentes ou idosas... enfim, problemas humanos que nós tentamos compreender e ajudar a resolver.



– Sargento-ajudante L RA Abel Alves de Sousa. Mais um veterano a actualizar a pensão...

– Entrei para a Marinha, voluntário, com 16 anos de idade, em 1933. Primeiro fui artilheiro e depois passei a escriturário.

Notando que lhe faltavam as falangetas de dois dedos da mão esquerda, perguntei-lhe como tinha aquilo acontecido.

– Foi a bordo do «Almirante Schultz», quando beneficiávamos a bóia de espera da Barra de Setúbal. Esmaguei os dedos...

– Ainda bem que foi na mão esquerda... disse eu.

– Pois engana-se, porque esta é a minha mão direita... sou canhoto!

– Se naveguei muito?

Olhe, devo ter aí uns 30 anos de embarque! Sou marujo de verdade... Numa viagem do «Zarco», a comboiar o paquete «João Belo», que levava tropas para Timor, durante 53 dias só comemos atum e bolachas... Minto, comíamos também sopa todos os dias: de arroz ao almoço e massa ao jantar num dia e no outro... vice-versa, para variar!

Gostava muito da vida de bordo e ainda lá vou voltar...

– !!?

– Hei-de ir aos Açores e à Madeira com a minha mulher... sempre mato saudades, apesar de ser num navio de passageiros... A minha função aqui?
– Passar cartões novos para substituir os antigos, que já não servem. Tem sido uma faina... organizar fichas, arquivo... uma faina dos diabos!

## RECTIFICAÇÃO

**Na «Conversa entre marinheiros...» publicada no número anterior saíram várias gralhas que rectificamos. As fotografias dos cabos TFH Ferreira e Leonel estão trocadas; a fotografia correspondente ao 1.º gr. A RM Luís Pereira não é deste, mas sim do 1.º gr. M Mourato.**
**Do facto, que lamentamos, apresentamos as nossas desculpas.**

# Saibam Todos

**Que** nos termos do Decreto-Lei n.º 225/75, de 13 de Maio, os sargentos dos quadros permanentes das Forças Armadas, nas situações do Activo e de Reserva em efectividade de serviço, têm autorização para a detenção, uso e porte de arma nas condições prescritas para os oficiais nas mesmas situações.

**Que** nos Serviços Sociais das Forças Armadas (S.S.F.A.) estão abertas as inscrições para a frequência, por parte de rapazes de idades compreendidas entre os 14 e 18 anos, inclusive, filhos de beneficiários destes Serviços, no período de 15 de Julho a 4 de Agosto, do parque de campismo da I.N.A.T.E.L. (ex-FNAT) de Cabedelo (Viana do Castelo).

**Que** as referidas inscrições deverão dar entrada na sede dos S.S.F.A. até ao dia 10 de Junho corrente.

**Que** as despesas com os transportes e estadia dos campistas estarão a cargo dos S.S.F.A.

**Que** foi tornado público o plano de escursões da I.N.A.T.E.L. para os restantes meses do ano corrente, nas quais poderão participar os beneficiários dos S.S.F.A., sócios ou não daquela instituição, e respectivas famílias.

**Que** nos Serviços Sociais das Forças Armadas (S. S. F. A.) abriu a inscrição para a frequência da colónia de férias «Ar e Sol», em Vila Pouca de Aguiar, no período de 28 de Julho a 16 de Agosto do ano corrente, por parte dos filhos de militares e do pessoal civil equiparado, beneficiários daqueles Serviços, de idade compreendida entre os 5 e 12 anos de idade.

**Que** a frequência daquela colónia de férias é atribuída a crianças para quem os climas marítimos sejam contra-indicados e que necessitam de clima de altitude, ou que residam todo o ano em clima marítimo.

**Que** os boletins de inscrição (mod. V/EC), um por cada filho, deverão dar entrada na 3.ª Repartição dos S. S. F. A. até ao dia 28 de Junho corrente.

**Que** as despesas de transporte e estágio das crianças ficam a cargo dos S. S. F. A.

**Que** o Hotel de Lagos (****), no Algarve (Lagos – telef. 6 20 11), concede aos militares das Forças Armadas uma redução especial de 15% sobre os preços da tarifa especial estabelecida pela UNI-HOTELS, para clientes nacionais, em estadia mínima de 3 dias, no corrente mês de Junho.

**Que** a tarifa especial do Hotel de Lagos é por pessoa, de: 1/2 pensão, 240$00; pensão completa, 275$00.

**Que** é convidado o pessoal da Armada (militar e civil do Ministério da Marinha) com idade superior a 50 anos, a colaborar com a «Comissão para o Estudo dos Serviços para a Terceira Idade», preenchendo o questionário cujo modelo é publicado na OP1 n.º 71/14-4-75 e enviando-o posteriormente ao presidente daquela Comissão – Hospital da Marinha – com a possível brevidade.

**Que** o Grupo de Amigos do Museu de Marinha nos enviou o seu «Relatório e Contas da Gerência de 1974» em que se faz uma referência à nossa Revista que lhe é habitualmente enviada.

**Que** pelo Decreto-Lei n.º 207/A/75, de 17 de Abril, foi regulamentada a posse e uso de armas e munições de guerra. Assim, os ex-militares da Armada possuidores de armas trazidas do Ultramar devem proceder de acordo com as determinações dessa Lei.

**Que** o uso e porte de arma por elementos das Forças Armadas e Militarizadas será sujeito de diploma especial.

# Terminologia Naval

**DA QUILHA À BORDA** – Expressão que significa abranger todo o navio, de cima a baixo.

**DAR A BORDA** – Forte e perigosa inclinação do navio a um dos bordos por acção do vento ou do mar ou pelo facto de a carga haver recorrido a esse bordo. Em calão naval o significado é proceder de maneira não justificável, ficando portanto numa falsa situação susceptível de sofrer penalização.

**DAR CABEÇADAS** – Diz-se da situação em que o navio se encontra quando, por virtude do balanço, dá pancadas com a proa no mar.

**DAR CARANGUEJAS** – Não virar convenientemente o remo, de onde o resultar dificuldade na sua retirada da água, trazendo como consequência a perturbação do ritmo da remada e por vezes, a queda para trás, do remador.

**DAR CHAPELETAS** – Saltos sucessivos de um projéctil sobre a água, na realização de tiro tenso; é o mesmo efeito que se obtém a partir do lançamento de um seixo razando a superfície líquida.

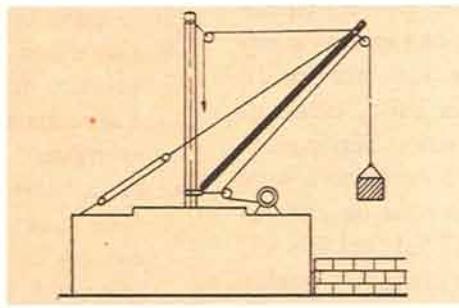
**DAR DE PALHETA** – Navegar com motores ou dar algumas rotações de máquina, seguir, andar.

**DAR DOIS DEDOS DE BORDA** – Pendurar qualquer objecto fora da borda.

**DAR PELO LEME** – Mover-se o navio em obediência ao movimento do leme; em gíria naval, expressão que traduz o facto de alguém atentar em situação ou conversa que lhe diga respeito e responder adequadamente; o contrário, não dar pelo leme, significa a posição da pessoa que se faz desentendida, não dando seguimento à conversa ou esquivando-se à situação.

**DAR UM REBOQUE** – Rebocar; em calão naval, significa auxiliar alguém numa pretensão.

**DAR UM REPIQUETE** – Içar um pouco mais, completando a manobra ou dar um puxão mais para levar a tope; também se chama a esta acção repicar.



*S. Elpídio*
*Cap.-frag. AN*

# Notícias Pessoais

## *CASAMENTOS*

2.º-ten. FZ RN Jorge Manuel de Pina Paiva e Pona Franco com D. Margarida Maldonado Coutinho, em 24-2-75.

2.º-sarg. H Vítor Manuel Lourenço Antunes com D. Maria dos Anjos Ramalho Peña, em 1-3-75.

1083/68/Cabo C João Luís Pinto da Veiga com D. Maria Clara Dias Rego, em 2-3-75.

1205/66/Mar. TFD Augusto Seixas Leandro Esteves com D. Maria Helena Ramos Ribeiro, em 15-3-75.

1591/68/Mar. FZE Manuel da Costa Santos com D. Maria Alcina Pereira Bernardes, em 16-3-75.

1342/69/Mar. L Osvaldo Abreu Leão com D. Zélia da Costa Lopes, em 15-3-75.

798/70/Mar. M Armando José da Silva Afonso com D. Maria Rita de Brito Mendes, em 2-3-75.

841/73/Mar. L Arménio Fernando Paiva Andrade com D. Alda Maria Neves Sousa Pinheiro, em 8-3-75.
1340/72/1.º gr. CM António Constantino Neves com D. Maria Júlia de Jesus Nobre, em 1-3-75.
2472/73/1.º gr. L Hermínio da Costa Almeida com D. Teresa Maria Gama Martins, em 2-3-75.
1394/74/2.º gr. FZ Carlos Gonçalves Moreira com D. Luísa da Silva, em 1-3-75.

## *PASSAGENS À RESERVA*

1.º-ten. ECN Jorge Roque de Pinho d'Almeida, em 26-2-75 (Rab)

2.º-ten. SG António da Silva, em 1-4-75.
Sarg.-aj. CM Óscar José Gonçalves, em 21-3-75.
Sarg.-aj. Q Florival da Costa, em 2-4-75.
1.º-sarg. M Raul Mário de Sousa Ribeiro, em 2-4-75.
998/Cabo A António da Assunção, em 14-3-75.
1669/Cabo TFH Artur Pinheiro Magalhães, em 18-3-75.
2218/Cabo CM João Maria Ferreira Sopas, em 16-4-75.
2319/Cabo T Idalécio José Viegas, em 2-4-75.
1849/67/Mar. L António Lúcio Ferreira Loureiro, em 11-3-75.

## *APOSENTAÇÕES:*

António Gil de Figueiredo, primeiro-oficial do Q. P. C. M. D. N. (M), em 30-4-75.

## *FALECIMENTOS:*

1.º-ten. SG RF Vasco da Conceição Verdes, em 19-4-75.
Sarg.-aj. A RA António Fernandes, em 15-4-75.
Sarg.-aj. A RF Manuel da Silva Matos, em 9-93-75.
1.º-sarg. A Av. RF António Gil, em 14-3-75.
1325/Cabo A António Maria Ângelo, em 5-4-75.
1645/Cabo F RF Bernardo dos Santos Ferreira, em 13-3-75.
José Augusto Pereira de Oliveira, ajudante de maquinista do troço-do-mar do quadro do pessoal civil, em 23-4-75.

# Filatelia

## NOVOS SELOS PORTUGUESES

Para assinalar a gloriosa e histórica data que acabou com uma ditadura implacável que oprimiu, vexou e aos portugueses tinha roubado as liberdades e os direitos do Homem na vida nacional, os CTT puseram em circulação uma emissão comemorativa do aniversário de 25 de Abril. A série, que reproduzimos, de concepção moderna e muito simbólica, impunha-se, como aliás aqui foi preconizado, já que justificadamente põe em evidência a alvorada de uma vida nova, já hoje a certeza de um futuro que colocará Portugal e os Portugueses no mundo moderno em que estamos inseridos e do qual a política do regime derrubado nos tinha afastado. Daí, considerarmos oportuna e da maior dignidade a intenção e apresentação deste conjunto, a todos os títulos brilhante.

## SELOS PORTUGUESES PARA 1975

Para além das já aqui divulgadas, estão anunciadas para o ano corrente séries comemorativas do Ano Santo, Ano Europeu do Património Arquitectónico, XXXVI Rali Internacional de Campismo e Caravanismo, Centenário da Sociedade de Autores, Ano Mundial da Mulher e, ainda, a tradicional série Europa, este ano ocupando-se do tema Pintura. Lamenta-se o atraso, aliás «crónico» da difusão do programa da emissão de selos, situação que os filatelistas desejam há muito seja banida.

## SELOS DE MOÇAMBIQUE

Dado que existem ainda em cofre deste novo país grande quantidade de selos utilizados durante o colonialismo, está decidido que estes selos se manterão a circular com uma sobrecarga em que estará em evidência o termo Independência.

## MARCO DO CORREIO

*Marcofilia*

Marcofilia é um curioso e interessante ramo da filatelia que se ocupa do coleccionamento e do estudo dos carimbos usados pelos serviços postais. É mais antigo que a própria filatelia, pois todos sabemos da sua existência antes do aparecimento dos selos. Com efeito, tem tido ao longo dos tempos uma evolução interessantíssima que nos dá imediatamente a necessidade de a dividir em dois grandes grupos: Pré e Pós-filatélicos. Neste segundo grupo distinguem-se ainda diversos capítulos como: «Marcas Filatélicas», «Flâmulas», «Franquias Mecânicas» e «Carimbos Comemorativos e Especiais». Lamentamos que o espaço de que dispomos não nos permita exemplificar com reproduções os vários capítulos que estamos a considerar, pelo que nos limitaremos a descrever estas classificações. Como se compreende, as marcas pré-filatélicas eram utilizadas antes do aparecimento dos selos e, dentro destas, distinguem-se as manuais e as feitas com carimbo, ambas marcando a origem da carta e a indicação da importância a pagar pelo destinatário. Aconteceu que, com o aparecimento dos selos, os mesmos carimbos com força obliterante continuaram a ser utilizados e, só mais tarde, foram substituídos por outros onde apenas aparecia um número indicativo da localidade que enviava os objectos postais.

MARCAS FILATÉLICAS são todas as obliterações que servem para inutilizar o valor postal dos selos pelo carimbo postal donde apenas geralmente consta o nome da localidade e a data da expedição.
FLÂMULAS são carimbos com características especiais já que, além de obliterarem os selos, servem ainda para divulgar *slogans* patrióticos, informativos, desportivos, turísticos, etc.
As FRANQUIAS MECÂNICAS encontram-se actualmente muito utilizadas, nomeadamente por entidades com grande volume de correspondência; permitem um franqueador rápido e ainda a possibilidade de fazer propaganda dos produtos em que tais entidades estão interessadas.
CARIMBOS COMEMORATIVOS E ESPECIAIS são aqueles que são usados apenas num curto espaço de tempo, para assinalar acontecimentos como exposições, actividades culturais e outras, como os utilizados nos F. D. C's. Resta acrescentar que os desenhos deste género de carimbos, são sempre mais ou menos inspirados no tema que motivou o seu aparecimento. Muito se podia ainda dizer sobre este aliciante assunto, mas por hoje apenas se pretendeu dar, embora resumidamente, uma síntese.

*G. Brandão*
*2.º-ten. SG*

# Desporto

## TORNEIO DE TIRO DA ARMADA 1975

No propósito de animar a actividade de tiro na Armada, a Direcção do Serviço de Educação Física fez disputar na sua carreira das instalações desportivas da Base Naval de Lisboa, no Alfeite, nos dias 5 e 6 de Maio último, o Torneio de Tiro da Armada 1975 – Pistola – 25 Metros, no qual participaram cerca de 30 concorrentes.

Após as provas de apuramento ficaram apurados nove concorrentes, que na pontuação final obtiveram a seguinte classificação:

| | *Pontos* |
|---|---|
| 1.º – 1.º-sarg. FZ Henrique Madail | 530 |
| 2.º – 1.º-sarg. FZ Jorge Sousa | 512 |
| 3.º – 1.º-ten. Correia Marques | 504 |

*Um grupo de concorrentes ao torneio de tiro, de que foi vencedor o 1.º-sarg. FZ Madail (o 5.º a contar da esquerda, no 2.º plano).*

| | | |
|---|---|---|
| 4.º – 2.º-ten. Lopes Antão | 486 | Tendo em vista a utilidade e necessidade em manter os atiradores da Armada em plena actividade, é intuito da D. S. E. F. voltar a fazer disputar idêntico torneio ainda no corrente ano. |
| 5.º – 2.º-ten. Rodrigues Cancela | 467 | |
| 6.º – 1.º-sarg. M José Santos | 460 | |
| 7.º – Cap.-frag. Rasquilho Raposo | 438 | |
| 8.º – 1.º-ten. AN Camilo Alves | 394 | |
| 9.º – Cap.-ten. Santarém da Cruz | 364 | |

## UM ANTIGO JUDOCA DA ARMADA É O CAMPEÃO NACIONAL «ABSOLUTO»

«Aprendi na Marinha a praticar a modalidade» afirmou o ex-1.º gr. FZM José Gomes, em entrevista concedida à TV, momentos após se ter consagrado campeão nacional «absoluto» de judo.

Recentemente abatido ao serviço da Armada, que representou nos últimos Campeonatos de Judo das Forças Armadas, José Gomes com a conquista do título de campeão nacional «absoluto» coroou uma magnífica época, em que tem vencido todas as provas, incluindo o Torneio Internacional de Espanha, no qual participaram judocas de sete países.

O Campeonato Nacional de Judo, realizado na última semana de Abril, em Setúbal, terminou assim com uma surpresa, dado que José Gomes é um judoca da categoria de leves (até 63 kg) e só é possível conquistar o título vencendo adversários da ordem dos 100 kg.!

*José Gomes, ex-1.º gr. FZM n.º 32/71, quando venceu o Campeonato de Judo da Armada (1974), na categoria de leves.*

*M. Horta*
*Sarg.-aj. L*

# Reportagem

## EMPOSSADOS OS PRIMEIROS CORPOS GERENTES DO CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

Na sede do Clube do Sargento da Armada, no Largo Trindade Coelho, 21-2.º, em Lisboa, realizou-se no passado dia 5 de Abril, a posse dos seus primeiros corpos gerentes para o biénio de 1975/76.

O acto foi presidido pelo sargento-ajudante ACM Luís dos Ramos, presidente da Assembleia Geral cessante, tendo a presença de algumas senhoras e de escasso número de sócios.

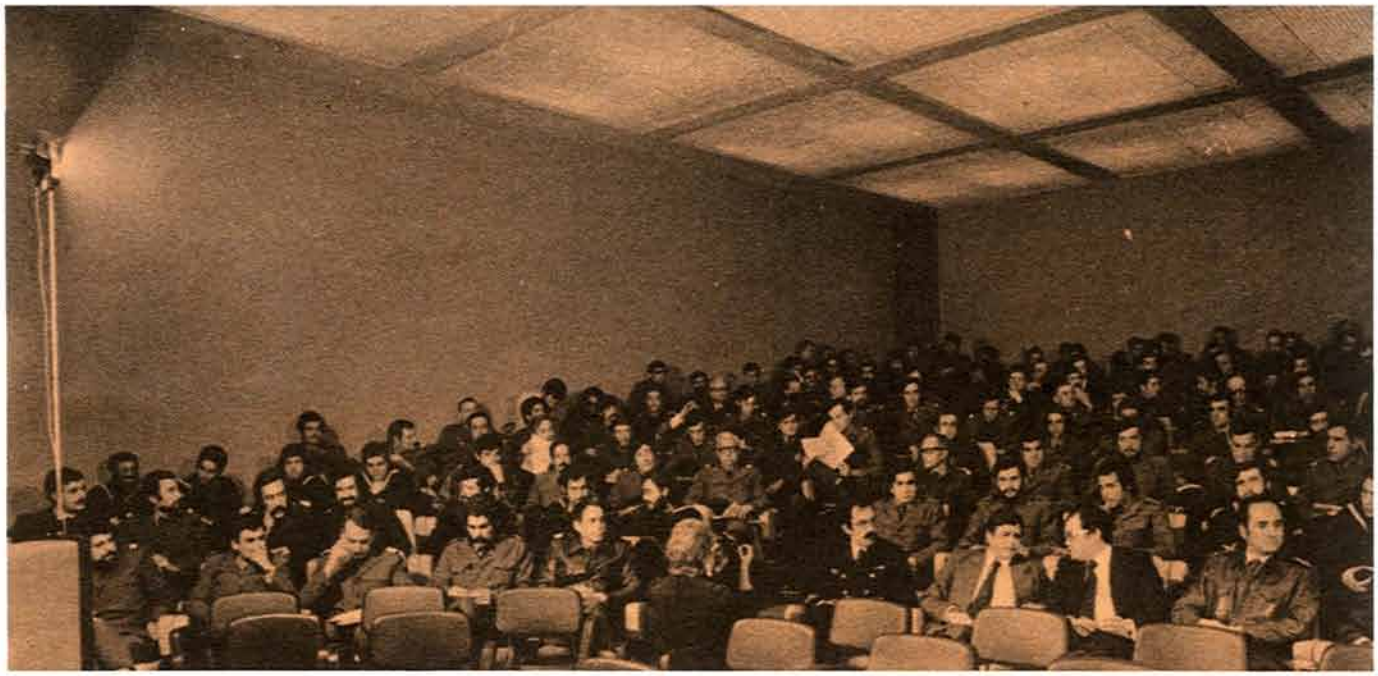
O presidente da Direcção, 1.º-sargento ACM Artur Ribeiro, em breve improviso chamou a atenção para a necessidade de os 2000 associados do Clube frequentarem com assiduidade as instalações da sede, que brevemente entrarão em funcionamento, porquanto do convívio e do associativismo dos sócios do C. S. A. só advirá interesse para a classe de sargentos da Armada.

## A PRIMEIRA REUNIÃO DA NOVA ASSEMBLEIA DO MFA

No dia 7 de Abril passado, realizou-se no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, sob a presidência do general Costa Gomes, a primeira sessão da nova Assembleia do Movimento das Forças Armadas, composta agora de 240 oficiais, sargentos e praças dos quadros permanentes e de complemento dos três ramos das Forças Armadas, estando a Armada representada por 60 membros – 40 oficiais, 10 sargentos e 10 praças –, outros tantos da Força Aérea e 120 do Exército.

No final da reunião foi distribuído aos órgãos da Informação o seguinte comunicado:

«Depois de, inicialmente, ter sido ouvida uma síntese feita por Sua Excelência o Presidente da República sobre a situação nacional e sobre o ambiente internacional que tem envolvido o processo revolucionário português, na Assembleia do M. F. A., reunida hoje, com 240 militares – oficiais, sargentos e praças dos quadros permanentes e de complemento, foram foca-



dos os seguintes pontos:

1 – Esclarecimento do Conselho da Revolução sobre aspectos da sua actuação;

2 – Institucionalização interna do M. F. A. Análise e discussão da legislação já em vigor;

3 – Informação sobre o andamento do inquérito relativo ao golpe contra-revolucionário de 11 de Março, com a pormenorização de alguns dados concretos que levam desde já a concluir a extrema gravidade e o vasto âmbito de implicações.

Afirmado o propósito de apresentar publicamente um relatório preliminar, se possível ainda antes do dia 25 de Abril, dia das eleições. Simultaneamente, prosseguir e activar as medidas de saneamento e as alterações nos comandos operacionais, impostas pela situação;

4 – Aprovação da criação de um tribunal militar revolucionário para o julgamento dos implicados no golpe reaccionário. Apresentação e discussão dos princípios básicos que vão regular o seu funcionamento;

5 – A posição da directiva geral que enuncia as linhas ideológicas e perspectivas de actuação orientadoras das actividades de dinamização e acção cívica das Forças Armadas, reconhecendo e consagrando a opção socialista da revolução portuguesa iniciada em 25 de Abril de 1974. Metodologia a aplicar na prática dessa directiva e medidas concretas a promover;

6 – Reiteração da firme determinação do Conselho da Revolução e da Assembleia do M. F. A. em tomar todas as medidas adequadas para que a ordem democrática e revolucionária seja assegurada a todo o custo, particularmente no presente período eleitoral;

7 – Informação sobre a plataforma de acordo constitucional do M. F. A. com os partidos políticos em adiantado estado de discussão e entendimento, cuja divulgação será tornada pública, em princípio, na próxima quarta-feira;

8 – Exposição do primeiro-ministro sobre aspectos da actuação do Governo, com especial incidência sobre os principais problemas dos programas económicos e sociais, nomeadamente com a criação de um programa de emergência a curto prazo, a criação de um programa nacional de emprego e a dinamização da reforma agrária.»

## ENTREGA DE COMANDO

*Por ocasião da recente entrega do comando da fragata «Comandante Sacadura Cabral», o comandante cessante, capitão-de-mar-e-guerra Carmo Fernandes, louvou a guarnição nos seguintes termos, que foram julgados de interesse divulgar na «Revista da Armada»:*

«Aproveito a oportunidade deste louvor para, fugindo um pouco ao formalismo habitual, ter o privilégio de me dirigir, pela última vez, à guarnição deste navio, que tive a honra de comandar durante os últimos dezanove meses.

«O que tenho para vos dizer – oficiais, sargentos e praças – não será envolto de palavras rebuscadas, tendentes a dar empolamentos de exagero aos méritos daquilo, que, sendo o trabalho que vos é pedido, não é mais do que dar cumprimento de um dever – o correcto e eficiente desempenho do dever militar.

«As minhas palavras terão presentes as missões que todos juntos, fôsteis capazes de, por uma forma simples e natural, realizar com sucesso. Mas é precisamente nessa aparente simplicidade e naturalidade, que foi principalmente o timbre da vossa actuação, que reside o seu significado mais profundo. É que nos tempos agitados em que vivemos, quando à nossa volta vemos desaparecer, numa sucessão dramática de acontecimentos, toda uma estrutura social (que há muito se condenara a si própria) para em seu lugar começarem a surgir os fundamentos de uma nova sociedade (que todos aspiramos a que seja autenticamente justa e respeitadora dos direitos de cada um), torna-se extremamente difícil mantermos o justo equilíbrio das nossas atitudes – sem perdas de dignidade nem tentações de fáceis conquistas de benefícios ou privilégios injustificados. E o dizer-vos que a guarnição deste navio, pela sua conduta, deu um testemunho autêntico daquele equilíbrio é, nestes tempos em que vivemos, um dos maiores elogios que lhe posso dirigir, como expressão do meu maior apreço. Mas este apreço será tomado por cada um de vós na proporção exacta em que cada um, em sua própria

consciência, entender que lhe é devido. E ele refere-se: ao esforço persistente; à competência aplicada; ao trabalho sério; à disciplina correcta; numa palavra, à vontade de bem servir a Armada, e através dela os superiores e legítimos interesses do nosso País, numa fase particularmente decisiva da sua história.

«Faço votos sinceros para que os resultados que até agora soubésteis alcançar sejam o estímulo para, com cada um empenhado na sua tarefa, contribuirdes para levar até ao fim a missão atribuída ao navio – em plena eficiência e ao serviço integral dos verdadeiros interesses do nosso País.

«Procurando ser justo e objectivo na minha apreciação, dir-vos-ei que foram dois os campos em que a vossa actuação mais sobressaiu, tornando-vos credores do respeito e agradecimento do comando do navio.

«Em primeiro lugar, foi a disciplina, sobretudo porque ela tem sido posta à prova numa altura em que todo um conjunto de novos conceitos passaram a dominar as nossas vidas; quando naturalmente novas maneiras de actuar e novas regras de conduta mais exigem da nossa capacidade de apreensão e adaptação. Mas, foi precisamente em contexto tão difícil que fôsteis capazes de compreender e aceitar os dois princípios fundamentais – a participação e o esclarecimento – que passaram a dominar, pela sua prática efectiva, todo o processo disciplinar a bordo do nosso navio.

«Mas, para além de tudo isto, não é menos digna de apreço a forma eficiente como tendes cumprido dentro da missão que vos foi atribuída, superando todas as deficiências e dificuldades que inevitavelmente sempre se apresentam. E isso é tanto mais de realçar quanto é certo que quase todos vós, ao embarcar para comissão, entrou pela primeira vez num navio desta classe, e que, para uma grande maioria, esta terá sido mesmo a primeira experiência de mar.

«Toda a vossa actuação, no que teve de mais válido, fica para mim como um testemunho vivo das grandes potencialidades do nosso Povo, as quais serão a melhor e mais sólida garantia do futuro da nossa Pátria; e este foi o significado profundo da mensagem que me transmitísteis.

«E, para que o vosso exemplo não caia no esquecimento, impõe-se-me o grato dever de dar dele público testemunho.

«É assim que, no uso da competência que me é conferida pelo Regulamento de Disciplina Militar, louvo os oficiais, sargentos e praças da guarnição da fragata «Comandante Sacadura Cabral» pela elevada dedicação e competência com que se têm empenhado e contribído para o eficiente cumprimento da missão atribuída ao navio, evidenciando pelo seu comportamento, tanto a bordo como em terra, um correcto sentido de disciplina.»

---

## A PRIMEIRA REUNIÃO DA NOVA ASSEMBLEIA DO M.F.A. DA ARMADA

No dia 19 de Abril findo, realizou-se no auditório da Escola Naval, no Alfeite, a primeira reunião da nova Assembleia do M. F. A. da Armada. Sobre a referida reunião, transcrevemos, com a devida vénia, do «Diário de Notícias», de 21 do mesmo mês, a seguinte notícia:

«A nova Assembleia do M. F. A. da Armada, constituída por 287 oficiais, sargentos e praças, representativos de todas as unidades e serviços, reunida no sábado, aprovou, por unanimidade e aclamação, uma moção em que reconhece o carácter socialista da revolução portuguesa e defende a constituição de um sistema pluripartidário de forma a garantir a construção do socialismo, a defesa eficaz do processo revolucionário e as liberdades democráticas.

A reunião, presidida pelo vice-almirante Pinheiro Azevedo, acompanhado pelos membros do Conselho da Revolução, oficiais da Armada e outros convidados, teve a seguinte agenda de trabalhos:

1 – Discurso de abertura;
2 – Balanço e ponto da situação:
   *a*) política;
   *b*) económica;
   *c*) militar-Armada;
   *d*) Angola, Moçambique, Cabo Verde e Açores;
   *e*) M. F. A. – Armada.
3 – M. F. A. – princípios ideológicos;
4 – Eleições dos delegados à Assembleia do M. F. A. dos três ramos das Forças Armadas;
5 – Debate.

É do seguinte teor a moção aprovada no final da reunião:

«A nova Assembleia do M. F. A. da Armada, consituída por oficiais, sar-

gentos e praças, reunida em 19 de Abril de 1975, declara que orientará as suas actividades segundo os princípios já emanados do Conselho da Revolução, em especial:

1 – Reconhecimento do carácter socialista da Revolução Portuguesa, entendendo-se como tal o caminho firme no sentido da passagem do modo de produção capitalista para a colectivização dos meios de produção, terminando com a exploração do Homem pelo Homem.

2 – Na ordem política interna, a constituição de um sistema pluripartidário, formado pelas forças políticas verdadeiramente interessadas na Revolução Socialista, de forma a garantir:

*a*) a construção do socialismo;

*b*) a defesa eficaz do processo revolucionário;

*c*) as liberdades democráticas.

3 – Na ordem política externa, a garantia de uma total independência nacional, de acordo com os princípios de não ingerência nos assuntos internos das nações e de uma ampla solidariedade com todos os povos do Mundo, em particular com os de língua portuguesa.

4 – Na Armada, seu fortalecimento no sentido de:

*a*) sua inteira colocação ao serviço dos interesses da grande maioria do Povo Português, tornando consequente a aliança Povo-M. F. A.;

*b*) sua democratização na construção de uma disciplina consciente e revolucionária, baseada na igualdade de oportunidades de acesso e na hierarquia da competência.»

## SESSÃO DE CANTO LIVRE E VARIEDADES PARA PRAÇAS E FAMILIARES

Realizado no auditório da Escola Naval, no Alfeite, a Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças (CDAP) levou a efeito, no passado dia 18 de Abril, um espectáculo de canto livre e de variedades dedicado às praças da Armada e seus familiares, que encheram por completo aquele vasto recinto.

Colaboraram obsequiosamente no festival os conhecidos artistas Luísa Bastos, José Jorge Letria, Carlos Paredes e Fernando Alvim, que tiveram brilhante actuação, muito aplaudida pelas centenas de pessoas presentes no espectáculo.

Actuaram também, com mérito, o mar. Relvas, da fragata «Pero Escobar», e os mar. Beja e Franklin, da Escola de Fuzileiros.

## A BANDA DA ARMADA EM ACTUAÇÃO NAS VÁRIAS UNIDADES DE MARINHA

Por iniciativa do capitão-de-fragata SG Marcos Romão, chefe da Banda da Armada, esta passará a actuar duas vezes por semana nas principais unidades da Marinha de Guerra (às quintas-feiras no Grupo N.º 2 de Escolas da Armada e às sextas-feiras nas restantes).

A «Revista da Armada» congratula-se com a iniciativa que vem estimular, certamente, o gosto pela música.

A primeira actuação realizou-se na parada do edifício do Ministério da Marinha, no passado dia 2 de Maio, no período da hora do almoço.

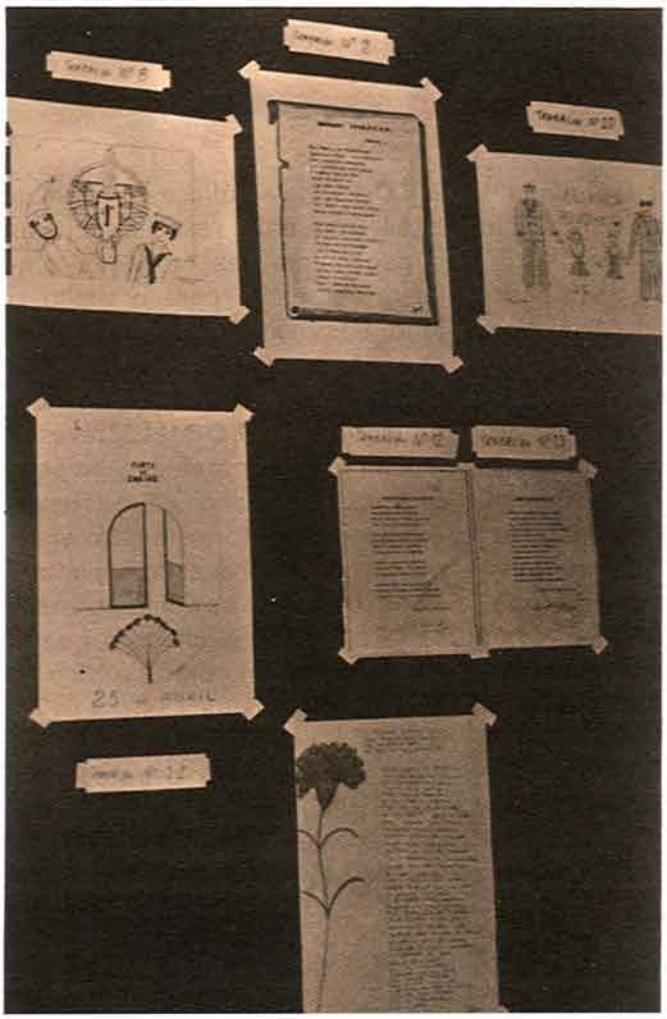
Vasta assistência apreciou a actuação da Banda, que apresentou um variado programa de músicas e coros de autores nacionais e estrangeiros, entre os quais Lopes Graça, José Afonso, Frederico de Freitas, 1.º-sarg. B Vítor Santos, Carlos Calderon e Dmitri Kabalevsky.

## A MARINHA REPRESENTADA NO 9.º SALÃO NAUTICAMPO

De 2 a 11 de Maio passado esteve patente ao público na Feira Internacional de Lisboa o 9.º Salão NAUTICAMPO, que teve como objectivo principal a divulgação de motivos de actividades de ocupação de tempos livres e de turismo.

No Salão deste ano a Armada esteve representada por um dos seus organis-

mos de natureza cultural e outro de índole técnica, o Aquário Vasco da Gama e a Comissão Nacional contra a Poluição do Mar, respectivamente, tendo o público acorrido aos seus pavilhões com viva curiosidade.



## PRIMEIROS JOGOS FLORAIS DO INSTITUTO HIDROGRÁFICO

A Comissão de Bem-Estar e a Comissão Central dos Trabalhadores do Instituto Hidrográfico, tendo em vista uma maior dinamização e cooperação entre os militares e o pessoal civil que presta serviço naquele organismo, realizaram no passado mês de Maio os seus 1.ºs Jogos Florais, subordinados aos temas «1.º Ano em Liberdade» e «Aliança Povo-MFA». Apesar do número de trabalhos apresentados ter sido reduzido, revelaram no entanto a boa-vontade e o espírito de colaboração do pessoal do Instituto Hidrográfico, esperando-se que nos próximos Jogos haja uma maior participação, contribuindo todos para uma sã camaradagem e mais intenso convívio.

# Quarto de Folga

## HUMORISMO NAVAL

Encontrava-se o navio-escola «Sagres» na ilha da Madeira em serviço de instrução quando ali fundeou outro navio-escola, francês, também em serviço de instrução. Como todas as manhãs, os compradores foram a terra fazer compras para os ranchos, levando os respectivos faxinas; eis a sequência dos acontecimentos:

– Os compradores seguem do cais para bordo da «Sagres», numa embarcação a remos com as compras;

– O oficial de marinheiros ao aproximar da embarcação apita a rancheiros para virem ao portaló meter os mantimentos a bordo;

– Os sacos do pão seguem para o paiol, para depois serem distribuídos aos ranchos, tendo o moço do paiol notado que além do normal para a guarnição, estavam a mais 8 sacos de pão que deveriam ser do navio-escola francês, e que inadvertidamente teriam sido metidos na embarcação da «Sagres»;

– O moço do paiol toma providências, comunicando ao oficial de serviço o engano;

– O oficial de serviço manda vir imedlatamente a ronda para que fosse chamado o contra-mestre para a solução imediata do caso;

– O contra-mestre apresenta-se e o oficial de serviço dá-lhe ordem para nomear uma guarnição a remos para ir ao navio-escola francês entregar os 8 sacos de pão que tinham vindo por engano;

– Depois da embarcação estar ao portaló com a guarnição completa o patrão pede licença para largar;

– O oficial de serviço diz ao cabo da guarda que sim, tendo o patrão ordenado: «Afasta da proa» e mandado remar em direcção ao navio francês; ao aproximar-se da popa deste, onde estava a sentinela, mandou «Leva remos»;

– O patrão levanta-se, faz das mãos porta-voz e grita para a sentinela:

– «Oh de bordo, o pão é para aí?...»

A sentinela, que já tinha reparado na embarcação, responde com voz nítida e explícita:

– «Je ne comprend pas!...»

O patrão, ouvindo a resposta, vira-se para a guarnição e explica:

– «Afinal o pão não é para lá! Rema de bombordo e cia de estibordo! Vamos embora...»

*António Silva*
*1.º-sarg. L RA*

## PROBLEMAS PARA ENTRETER

*Extraídos do número de Março de «Scientific American», apresentamos mais alguns problemas:*

1. – Imaginemos uma corda de borracha com a capacidade de ser distendida indefinidamente, sendo o seu comprimento inicial um quilómetro. Numa ponta está uma lagarta (ver a Figura) que se desloca ao longo da corda em direcção à outra extremidade com uma velocidade constante de um centímetro por segundo. Ao fim de cada segundo a corda é distendida *instantaneamente* 1 quilómetro. Assim, depois do primeiro segundo a lagarta andou 1 centímetro e o comprimento da corda ficou em 2 quilómetros.

Após 2 segundos a lagarta andou outro centímetro e a corda ficou com 3 quilómetros e assim sucessivamente. A distensão da corda é uniforme como a de qualquer cinta de borracha. Só a corda se distende. As unidades de comprimento e de tempo são constantes. Pergunta-se:

– A lagarta chega ao fim da corda?

– Se chega, quanto tempo levará e que comprimento terá então a corda?

2. – Dois matemáticos estavam a beber num bar e resolveram jogar o pagamento das «rodadas». Inventaram então para o efeito o jogo dos números inteiros. Trata-se do seguinte: cada um deles escrevia um número inteiro num pedaço de papel. O que escrevesse o número menor marcava um ponto excepto quando a diferença era apenas de 1; neste caso era o outro que ganhava dois pontos. Por exemplo, se os números forem 12 e 20, o 12 ganha um ponto. Se os números forem 12 e 13, o 13 ganhará dois pontos.

O jogo é perfeitamente leal, mas, qual será a melhor estratégia de modo que nenhuma outra a possa superar num jogo suficientemente prolongado e seguindo-se qual-

quer outra estratégia diferente haverá sempre uma contra estratégia capaz de a bater?

*O. Lemos*
*Cap.-frag.*

*(Solução no próximo número)*

## PASSATEMPO

___ R _
_ I ___
_ O _____
S ___
____ D _
__ E
P _____
___ O
__ R _
T _____
_ U ______
___ G _
___ A
L __

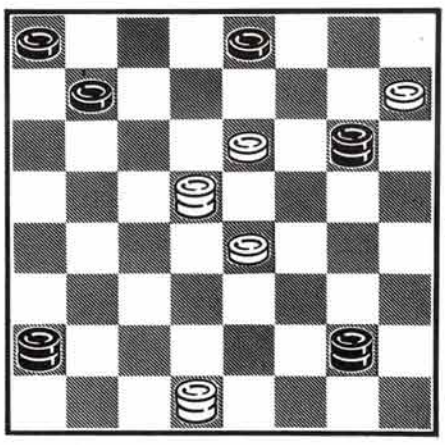
O leitor substituindo os traços por letras encontrará os nomes de alguns rios de Portugal.

*SEASA*
*Cabo aux. RA*

*(Solução na pág. 34)*

## DAMAS

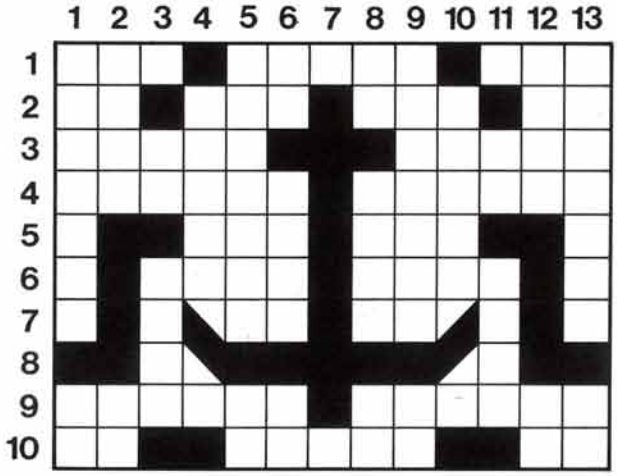
*(Solução na pág. 34)*



**As brancas jogam e ganham**

**– Não sei porque chamas reaccionário ao chefe! Ele a mim faz-me sempre tudo o que eu quero...**

## PALAVRAS CRUZADAS



*(Solução na pág. 34)*

**HORIZONTAIS:** 1 – Advérbio de modo; mires; advérbio de negação. 2 – Mofa; nome de mulher; conheço; consoante dobrada. 3 – Seco; passagem para o esófago. 4 – Dera cal; pretender. 5 – Doença; pronome indefinido. 6 – Corta os ramos; destine (inv.). 7 – Sufixo de profissão; pedra de moinho. 9 – Inventor americano autor da lâmpada; conversa fiada. 10 – Pão que leva ovos; aparelho de detecção; seguir.

**VERTICAIS:** 1 – Nome antigo de Braga; artigo definido (ant.). 2 – Lugar para secar cereais; pena. 3 – Dois; roguei. 4 – Grande cantor francês contemporâneo. 5 – Com cheiro; eles. 6 – Ali; puxar; casamento. 8 – Pertences; pronome interrogativo; s. q. do bário. 9 – De harmonia com; atmosfera. 10 – Intacta. 11 – Sufixo de profissão; forma do verbo fazer. 12 – Preposição simples; tomei conhecimento. 13 – Caro (serviço); parecença.

Completado o problema, o leitor encontrará um velho adágio.

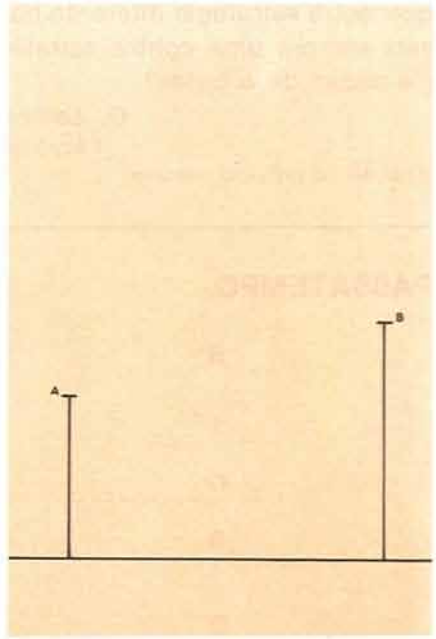
*A. Fardilha*
*Mar. L RAb*

## CONCURSO N.º 45

*Sorteio de um prémio entre as respostas certas.*

A figura representa dois poleiros para duas catatuas. O poleiro *A* tem a altura de 4 m e o poleiro *B* de 6 m e estão distanciados entre si de 8 m.
Pretende-se determinar no solo, entre os dois poleiros, o sítio onde colocar um bebedoiro de modo que as duas catatuas tenham de voar a mesma distância para o alcançar.

*Basto Carreira*
*Cap.-m.-g.*




## PROBLEMA DE BRIDGE

**NORTE**

♠ A R 6 3
♡ A R
◇ A 8 7 6 5 4
♣ R

**OESTE**

♠ 8 7
♡ V 10 9 8 7 3
◇ R 10 9
♣ A V

**LESTE**

♠ V 10 9 2
♡ D 2
◇ D
♣ 7 6 5 4 3 2

**SUL**

♠ D 5 4
♡ 6 5 4
◇ V 3 2
♣ D 10 9 8

O Sul joga 3 sem trunfo e Oeste ataca com o valete de copas. Como deve jogar o declarante para impedir o ataque dos adversários?

# SOLUÇÕES

## PALAVRAS CRUZADAS

**HORIZONTAIS:** 1 – Bem; olhes; não. 2 – Ri; Ada; sei; nn. 3 – Árido; glote. 4 – Caiara; querer. 5 – Mal; uns. 6 – Poda; edaf. 7 – Or; mó. 9 – Edison; balela. 10 – Ló; sonar; ir.

**VERTICAIS:** 1 – Bracara; el. 2 – Eira; dó. 3 – Il; pedi. 4 – Adamo. 5 – Odorado; os. 6 – Lá; alar; nó. 8 – És; quem; Ba. 9 – Segundo; ar. 10 – Ilesa. 11 – Or; faze. 12 – Ante; li. 13 – Oneroso; ar.

**Adágio:** Faze bem não olhes a quem.

## PASSATEMPO

Douro, Minho, Mondego, Sado; Cávado, Ave; Ponsul; Tejo, Mira, Tâmega, Guadiana, Vouga, Lima, Lis.

## DAMAS

| **BRANCAS** | **PRETAS** |
|---|---|
| **1.** 19 – 23 | 28 – 10 |
| 2. 3 – 26 | 30 – 21 |
| 3. 25 – 29 = D | e ganham. |

## SOLUÇÃO DO CONCURSO N.º 43

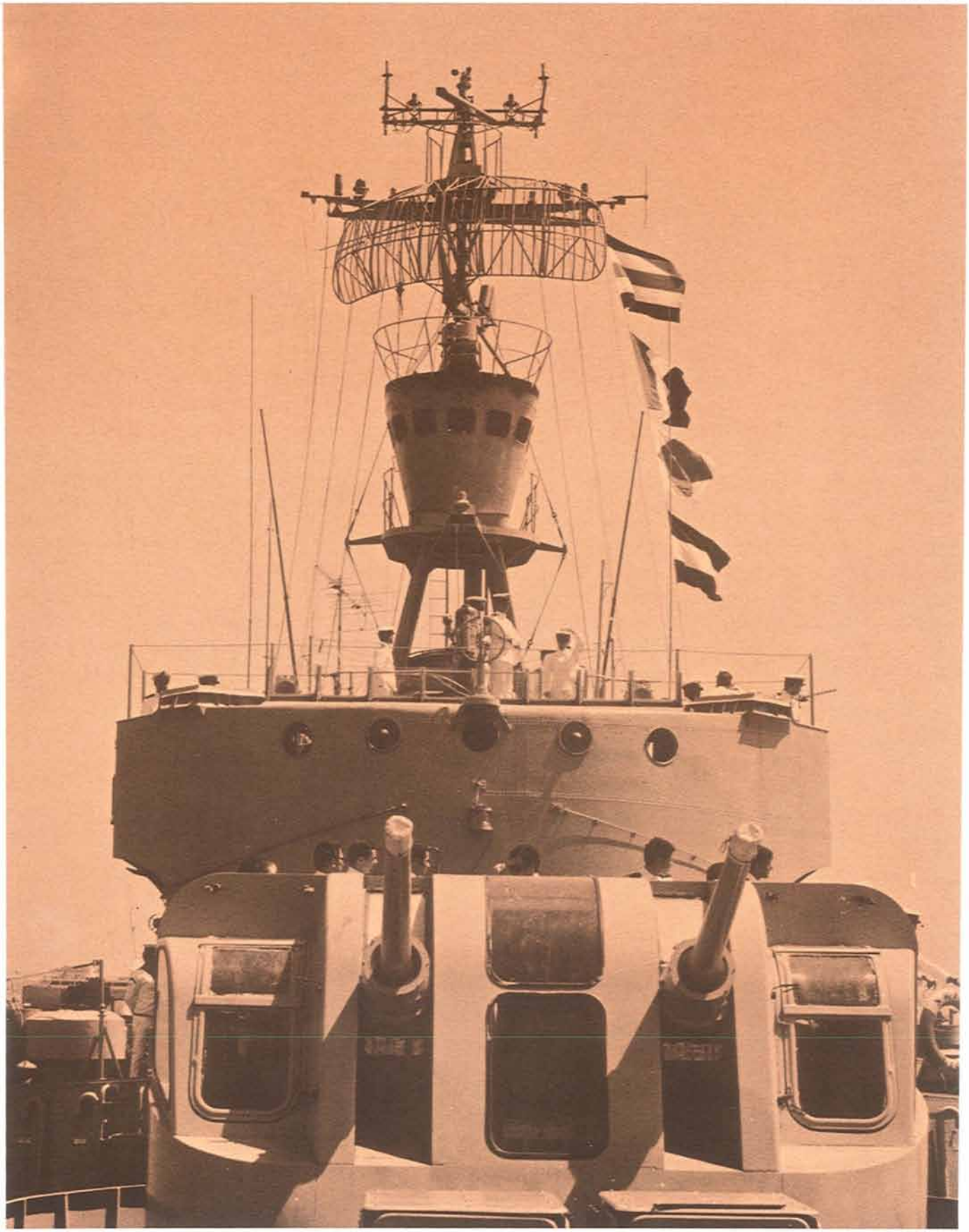
Ágata, ametista, diamante, esmeralda, opala, granada, rubi, safira, turquesa e topázio.

**VENCEDOR:** Custódio V. Pinto. Mar. C n.º 1658/72. Oficinas da D. S. E. C.

# CTFJ – 4 BANDEIRAS

## Indicativo da fragata «Pero Escobar»

*(Foto do 2.° ten. EMQ Costa Ramos)*



*(Modelo da colecção Seixas, existente no Museu de Marinha – foto de Reinaldo de Carvalho, fotógrafo do Museu de Marinha)*

# O MOLICEIRO

**O moliceiro é um dos barcos portugueses mais característicos quer pela forma quer pela beleza dos seus ornamentos. Exerce a sua actividade na ria de Aveiro, donde é oriundo.**

**A sua função especial é a colheita do moliço, variedade de vegetação submersa da ria, que, depois de seca, é destinada ao adubo das terras. Foi concebido para esta função e assim, o moliceiro apresenta uma singular silhueta de linha superior acentuadamente curva, com as extremidades da proa (bica) e popa elegantemente recurvadas para cima o que nos faz lembrar os requintes da gôndola veneziana e o capricho da sua forma.**

**O seu fundo chato impõe-se pelas condições da ria pouco funda.**

**Além do aspecto gracioso da sua construção, o que mais sobressai neste barco é a originalidade das decorações, realçadas em especial nos painéis exteriores da proa e da popa.**

**Ali têm perdurado através dos tempos, além da habilidade dos seus pintores-decoradores, as mais variadas demonstrações figurativas de homenagens pessoais, de sentimentos amorosos, de cunho espirituoso, religiosas, etc.; ali se observam, emoldurando aqueles painéis, imaginárias decorações representativas de moliços, ondas, conchas, flores, etc.**

**As legendas inscritas nos painéis caracterizaram-se pela ingénua ortografia influenciada pela pronúncia da região. Todo o barco é uma expressão de arte regional onde a variedade e leveza das cores contrasta com o ambiente de rude trabalho a que o Homem o submete e se submete.**

**De aspecto frágil (não é para ir para o mar, mas sim para andar na ria) com o seu grande leme e alta vela de pendão, a sua construção, de madeira de pinho, é original dos estaleiros da Murtosa, onde os mestres construtores empregam processos empíricos, utilizando uma vara demarcada com todas as medidas necessárias, o que é transmitido de pais para filhos.**

**Os comprimentos dos moliceiros atingem os 15 metros e a boca dois metros e meio.**

**Usam normalmente dois tripulantes que exercem uma profissão árdua – além da recolha do moliço que chega a atingir 5 toneladas, têm ainda que o descarregar para terra.**

**A juntar a esta pesada faina, estes homens executam todas as manobras de propulsão do barco, quer à vela, quer à vara, processo este que exige grande e penoso esforço exercido com o próprio peso do corpo sobre a vara. Também usam o reboque à sirga, que, como se sabe, consiste no reboque do barco com um cabo, que os tripulantes alam de terra.**

**Por todas estas razões, o moliceiro é ainda um quadro decorativo e um lindo motivo turístico na inconfundível beleza da ria de Aveiro, apesar de correr o risco de completa extinção por não encontrar hoje em dia razão de ser para a sua actividade.**